



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

MELINA ROSA DA SILVEIRA FRANCO

**UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE
PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**



ARARAQUARA – SP
2018

MELINA ROSA DA SILVEIRA FRANCO

**UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE
PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**



Dissertação de Mestrado apresentada para defesa ao Programa Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Orientadora: Luci Pastor Manzoli

Linha de pesquisa: Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas.

ARARAQUARA – SP
2018

Franco, Melina Rosa da Silveira
Um Estudo das Produções Acadêmicas sobre Proposta
Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio na
Perspectiva da Educação Especial / Melina Rosa da
Silveira Franco – 2018
120 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Luci Pastor Manzoli

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Educação Especial.
3. Políticas Públicas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MELINA ROSA DA SILVEIRA FRANCO

**UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE
PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada para
defesa ao Programa Pós-Graduação em
Educação Escolar da Faculdade de Ciências e
Letras – Unesp/Araraquara.

Orientadora: Luci Pastor Manzoli

Linha de pesquisa: Formação do Professor,
Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas.

Data da defesa: 17/12/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador (a): Prof^ª Dr^ª. Luci Pastor

Manzoli UNESP – Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Eliza Maria Barbosa

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Livia Maria Terra

Secretária da Educação – Araraquara / Governo do Estado de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

A Deus que me concede a cada amanhecer forças para enfrentar os desafios diários, sabedoria e a sua proteção como sua fonte inesgotável de amor.

A Professora Luci, que foi a pessoa principal para a realização de um sonho, agradeço as orientações, a paciência e que além do conhecimento acadêmico, me proporcionou conhecimento de vida através das nossas conversas. Gratidão eterna.

Ao meu filho amado e muito querido João Gustavo, que faz brotar no meu coração todos os dias o desejo de ser alguém melhor, que sempre está junto comigo compartilhando os momentos de atribulações e de paz. Que Deus prepare um caminho brilhante para você. Te amo!

Aos meus pais, João e Maria que mesmo não compreendendo as minhas vivências, sempre me auxiliaram no que eu precisei, muitas vezes até sem saber que estavam me ajudando muito, muito mesmo! Agradeço por sempre estarem comigo!

Aos meus colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa Adriana, Ana Lúcia, Aline, Bruna, Evelin, Juliessa, Nilza, Caio e Rosa, obrigada por todas as contribuições na pesquisa, pelos momentos de estudos compartilhados e por todo carinho. E um tanto quanto especial a Bruna e o Caio que atenderam prontamente a todos os meus pedidos de socorro, sempre muito educados e prestativos. Vocês são maravilhosos!!

À Maria José Vicente Zaccaro que me oportunizou essa vivência contribuindo com o meu crescimento profissional.

Às professoras Dras Eliza Maria Barbosa e Lívia Maria Terra, por serem partes da banca da minha qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Unesp, pela oportunidade de cursar o Mestrado que foi fundamental na minha formação acadêmica e científica.

Por fim, a todos que de alguma maneira colaboraram para a realização desta pesquisa minha eterna gratidão.

*A educação não transforma o mundo,
a educação transforma pessoas,
as pessoas transformam o mundo.*
Paulo Freire

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de construção coletiva que envolve todos os membros da comunidade escolar, fazendo-se necessário garantir a Educação Especial tendo em vista o comprometimento com a educação inclusiva que visa o acolhimento à diversidade, a aceitação das diferenças individuais e um ensino de qualidade. Teve por objetivo maior, mapear e identificar as teses e dissertações dos repositórios e bibliotecas digitais das universidades públicas do estado de São Paulo, que versam sobre o Projeto Político Pedagógico que contemplam a Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por permitir ao pesquisador interpretar, descobrir, analisar os dados e elaborar indagações. Refere-se a uma análise documental por trazer contribuições de diversos autores sobre determinado assunto que permite ser reelaborado desvelando aspectos novos de um problema. A coleta de dados foi direcionada para as Universidades Públicas do Estado de São Paulo no Repositório Institucional da UNESP, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, no Repositório Institucional da UFSCar, na Biblioteca Digital da UNICAMP e Repositório Institucional da UNIFESP. Os resultados apontaram para duas produções voltadas especificamente para a Educação Especial e o Projeto Político Pedagógico, indo ao encontro dos objetivos do presente estudo. Os autores apresentam as políticas públicas como documento norteador da garantia dos direitos dos alunos com deficiência, bem como apontam para um aporte teórico contemplando a Educação Especial no Projeto Político Pedagógico como a garantia dos direitos desses alunos à um atendimento de qualidade e equidade.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Educação Especial; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Political Educational Project is an instrument built collectively that involves every member of the school's community, and so it becomes necessary to guarantee Special Education that is committed to inclusive education that aims for sheltering diversity, accepting individual differences and providing education of good quality. The biggest objective was mapping and identifying thesis and dissertations from digital libraries and depositories in public universities from the state of São Paulo, texts that discussed Political Educational Projects that contemplated Special Education. It was a qualitative research because it allowed the researcher to interpret, discover, analyze data and elaborate questions. It refers to a documental analysis because it brought contributions from different authors about a specific subject, and these contributions were redrawn, unraveling new aspects to a known problem. The data collection was focused on the São Paulo State Universities in UNESP's digital repository, USP's Digital Thesis and Dissertations Library, UFSCar's Institutional Repository, UNICAMP's Digital Library and UNIFESP's Digital Repository. The results pointed to two papers specifically aimed at Special Education and Political Educational Projects, which were a match to the objectives of this research. The authors present public policies as documents that would guide the guarantee to the rights of students with disabilities, as well as point to a theoretical framework that contemplates Special Education in Political Educational Projects as the guarantee to these students receiving good, attentive support.

Keywords: Political Educational Project; Special Education; Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação e Educação Escolar. .	37
Quadro 2 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação e Educação Escolar.....	38
Quadro 3 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação e Educação Escolar.	38
Quadro 4 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação e Educação Escolar.	38
Quadro 5 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação e Educação Escolar.....	38
Quadro 6 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação e Educação Escolar.	39
Quadro 7 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação e Educação Escolar.	39
Quadro 8 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação e Educação Escolar.	39
Quadro 9 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação e Educação Escolar.	39
Quadro 10 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Educação.	40
Quadro 11 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado e Educação.	40
Quadro 12 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais e Educação.	40
Quadro 13 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes e Educação.	41
Quadro 14 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica e Educação.	41
Quadro 15 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão e Educação.	41
Quadro 16 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica e Educação.	41
Quadro 17 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico e Educação.	41
Quadro 18 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico e Educação.....	42

Quadro 19 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	42
Quadro 20 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.	42
Quadro 21 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	43
Quadro 22 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	43
Quadro 23 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.	43
Quadro 24 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	44
Quadro 25 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	44
Quadro 26 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.	44
Quadro 27 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.....	45
Quadro 28 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação e Políticas Públicas.	45
Quadro 29 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação e Políticas Públicas.....	45
Quadro 30 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação e Políticas Públicas.....	46
Quadro 31 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação e Políticas Públicas.....	46
Quadro 32 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação e Políticas Públicas.....	46
Quadro 33 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação e Políticas Públicas....	46
Quadro 34 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação e Políticas Públicas.	47

Quadro 35 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação e Políticas Públicas.....	47
Quadro 36 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação e Políticas Públicas.....	47
Quadro 37 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Mestrado e Criança/Adolescente.	48
Quadro 38 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Mestrado e Criança/Adolescente.	48
Quadro 39 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Mestrado e Criança/Adolescente.	48
Quadro 40 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Mestrado e Criança/Adolescente.	48
Quadro 41 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Mestrado e Criança/Adolescente.	49
Quadro 42 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Mestrado e Criança/Adolescente.	49
Quadro 43 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Mestrado e Criança/Adolescente.	49
Quadro 44 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Mestrado e Criança/Adolescente.	49
Quadro 45 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Mestrado e Criança/Adolescente.	50
Quadro 46 – Aportes teóricos e Políticas Públicas das Produções	54
Quadro 47 - Objrtivos das Produções.	55
Quadro 48 - Caminhos Metodológicos das Produções.	55
Quadro 49 – Contribuições das Produções.	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GEPEB/EDESP – Grupo de Estudos e Pesquisas na Educação Básica/Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Base

PPP – Projeto Político Pedagógico

PAEE – Público Alvo da Educação Especial

FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

CEB – Conselho de Educação Básica

SEE/SP - Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

CEE- Conselho Estadual de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

UDEMIO - União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial

AEE – Atendimento Educacional Especializado

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	12
1.1	Introdução	12
1.2	Justificativa	15
2	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18
2.1	Ações e Programas. Governamentais	18
2.2	O PPP sob o Olhar de alguns Teóricos.....	20
3	A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INCLUSIVO	24
3.1	Ações e Programas. Governamentais	24
3.2	A Educação Especial sob o olhar de alguns Referenciais Teóricos.....	29
3.3	A Educação Especial no PPP	31
4	OBJETIVOS DA PESQUISA	34
4.1	Objetivo geral	34
4.2	Objetivos específicos.....	34
5	METODOLOGIA	35
5.1	Materiais	35
5.2	Procedimentos da Coleta dos Dados	36
5.2.1	Análise Documental.....	36
5.2.2	Levantamento de Teses e Dissertações	37
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	52
6.1	Discussão dos Resultados.....	57
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	67
	APÊNDICE A- Ficha de acompanhamento P1	75
	APÊNDICE B – Ficha de acompanhamento P2	77
	APÊNDICE C – Ficha de Acompanhamento P3	79
	APÊNDICE D – Ficha de acompanhamento P4	81
	APÊNDICE E: Levantamento dos dados Unesp	82
	APÊNDICE F: Levantamento dos dados USP	91
	APÊNDICE G: Levantamento dos dados UFSCar	94
	APÊNDICE H: Levantamento dos dados Unicamp	102
	APÊNDICE I: Levantamento dos dados Unifesp	111
	APÊNDICE J: P3	117
	APENDICE K: P4	118

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

1.1 Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5.692/71, aludia sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP nas escolas, no entanto, os professores e os outros segmentos da comunidade escolar não participavam da sua elaboração, sendo seu escopo apenas burocrático.

Para Vasconcellos (2009, p.16), “[...] a tradicional ‘filosofia da escola’ e o velho e bom ‘regimento escolar’ já não davam conta de gerir o cada vez mais caótico cotidiano”. Argumenta ainda o autor que era preciso ‘algo mais’ para um melhor desempenho a respeito do Projeto Político Pedagógico que de acordo com a lei citada, não era obrigatório e tinha pouca relevância para o contexto educacional e aos poucos, foi se firmando como uma necessidade para os educadores e para as instituições de ensino. O estabelecimento da obrigatoriedade do Projeto Político Pedagógico nas escolas, confere abaixo pela LDB 9394/96 que em seus Artigos 12 e 13 apresenta:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996, p. 11)

Esse marco é um momento importante no processo de construção das políticas públicas que vão legitimar a elaboração do PPP das escolas brasileiras.

Segundo Veiga (2001, p. 57), “[...] pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e sua função social”. Portanto, o que melhor garante que esse projeto se efetive é a participação de todas as pessoas envolvidas no trabalho pedagógico, fazendo parte de sua elaboração, execução, efetivação, implementação e avaliação.

Com essa denominação de político, o PPP vai envolver todos os profissionais da educação em conjunto com a gestão e a comunidade escolar, para que possa alcançar os objetivos de ambas as partes, cumprindo o compromisso de formar um cidadão crítico, participativo e com responsabilidade perante a sociedade (EYNG, 2002).

De acordo com Eyng (2002), se entende por:

[...] projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização, a teleologia, ou seja, a finalidade de cada organização educativa expressa nos seus processos e metas propostos [...] Político porque supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...] Pedagógico, porque define a intencionalidade formativa, porque expressa uma proposta de intervenção formativa, refletida e fundamentada, ou seja, a efetivação da finalidade da escola na formação para a cidadania. (EYNG, 2002, p.26)

De acordo com Veiga (2002), a função do PPP é pensar a escola no seu todo e na sua função social. É um movimento institucional que extrapola o interpessoal e visa atingir a organização do trabalho pedagógico e as funções precípuas da escola. Se realizado de forma participativa, conforme a autora, será possível construir um projeto consistente e viável, por ser este “[...] um instrumento norteador das trilhas da escola e conta com sujeitos protagonistas, tempos e espaços articulados com vistas a um futuro promissor”.

Para Veiga (2002, p.195) cada vez mais se exige que as escolas, em vez de serem instituições onde a burocracia e a rotina predominam, se tornem instituições que ensinam e aprendam. Para que isso ocorra, o PPP deve ser objeto de avaliação, construção e reconstrução permanentes, o que significa situá-lo na sua “[...] processualidade e na dinâmica da prática pedagógica”. “[...] O sentido de sua avaliação decorre de um objetivo das políticas públicas: a busca da qualidade da educação.

A finalidade deste, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p.178), “[...] é de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares”.

A resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu Capítulo I trata sobre o PPP e pontua:

Art. 43. “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social”.

Art. 44. O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

- I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;
- II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar. (BRASIL, 2010, p.13)

Diante disso, o PPP deve apresentar com clareza os ideais da instituição, qual a sua intencionalidade, e que cidadãos pretende formar, uma vez que a inclusão escolar faz parte do contexto educacional conforme preconizado na LDB9394/96 artigo 58. (BRASIL, 1996).

O PPP, de acordo com Veiga (2004), é algo que deve ser vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, buscando um caminho a ser seguido. É uma ação intencional com um compromisso definido pela comunidade escolar e compreendido como um plano global do projeto educativo, cuja finalidade é construir a sua identidade para a organização do conhecimento escolar.

De acordo com a autora, a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Sendo assim, a escola para todos, sem distinção, deve conter em seu PPP ações que viabilizam a construção do conhecimento, da aprendizagem de todos os seus alunos inclusive os portadores de necessidades especiais (Veiga, 2004).

Nesse sentido, se faz "necessário organizar as prioridades e as ações escolares e educacionais para construir projetos e políticas emancipadoras permitindo desvelar a realidade" [...], respeitando e considerando "a diferença, a diversidade cultural e o multiculturalismo presente na educação e na sociedade" (PADILHA, p. 25, 2003). Pontua ainda que, é no projeto pedagógico que a escola se posiciona em relação ao seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os alunos, sendo assim, deve assumir o compromisso de propiciar ações que favoreçam a aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ou não.

A Resolução CNE/CEB nº04/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica preconiza em seu artigo 29, que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado, prevendo sua institucionalização no PPP da escola.

Para Poker (2011), assumir

[...] uma proposta emancipatória do projeto político pedagógico, que passa por construir uma prática pedagógica de inclusão, requer, entre outros elementos, que os educadores e a equipe pedagógica conheçam a realidade social em que atuam, compreendam seus determinantes, esses são caminhos que nos levarão para a construção de uma educação inclusiva de fato. (POKER, 2011, p.7)

Conforme o exposto, o PPP se constitui como um documento importante para contemplar ações voltadas a Educação Especial e garantir a efetividade de uma educação para todos.

1.2 Justificativa

Essa pesquisa partiu da minha experiência enquanto professora de escolas da rede estadual do interior Paulista. Durante dez anos lecionei no Ensino Fundamental I com alfabetização, e deparei-me com vários tipos de alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais, que na época não havia nenhum atendimento específico nas escolas que fosse voltado à alunos Público Alvo da Educação Especial - PAEE, o que me motivou a buscar um maior entendimento para colaborar com o aprendizado destes alunos.

Para oferecer a eles um ensino de melhor qualidade, fui em busca do curso de Psicopedagogia, para me imbuir de conhecimentos a respeito do trato com esses alunos.

Em 2014 fui selecionada para assumir a função de Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino Regional de Araraquara e fiquei nessa função por dois anos, e nesse interim, fui aprovada no programa de Pós-Graduação em Educação Escolar- Nível Mestrado da FCLAR- UNESP.

Concomitante ao meu ingresso no referido programa de Pós-Graduação passei a fazer parte do grupo de estudos GEPEB-EDESP (Grupo de Estudos e Pesquisas na Educação Básica - Educação Especial) na Faculdade de Ciências e Letras - UNESP de Araraquara, no qual realizamos reuniões sistemáticas para discussão de leituras dirigidas na área de pesquisa, educação e formação de professores na educação básica regular, bem como na educação especial.

Neste mesmo ano passei a ser diretora de uma escola de periferia. Para aprimorar meus conhecimentos, realizei o curso Melhor Gestão Melhor Ensino¹, promovido pela Secretaria Estadual de Educação, o qual me ofereceu subsídios para exercer essa função,

¹A ação de formação continuada Melhor Gestão, Melhor Ensino (MGME) é parte integrante do Programa Educação – Compromisso de São Paulo e dá continuidade às atividades de formação desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de aperfeiçoar a prática dos gestores e dos professores do Ensino Fundamental Anos Finais das unidades escolares, como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo.

proporcionando-me reflexões sobre a socialização de práticas com diretores em todo o estado, com vistas a promover a qualidade da educação.

Ao assumir a direção da referida escola deparei-me com as atribuições dessa função que dentre elas destaca-se a elaboração do PPP, que deve ser articulado com as políticas públicas de modo a garantir as ações voltadas para os alunos que necessitam dos serviços da educação especial. Neste sentido, destaca-se aqui o Art. 29 da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que coloca a Educação Especial “como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar”. (BRASIL, 2010, p.10).

Cabe, portanto, ao diretor promover com todos os segmentos da escola, a discussão, a elaboração e a sua implementação.

Garcia (2003) afirma que o engajamento do PPP com o princípio inclusivo não advém de uma adesão irrefletida às propostas educacionais, mas pelo contrário, que deve assumir o desafio de uma inclusão escolar responsável, pois se tratando de inclusão e democracia, vai além do acesso, mas deve estar presente em toda a organização do trabalho na escolar.

Desse modo, evidencia-se a importância da consciência do papel influenciador do projeto político pedagógico para a consolidação de uma educação inclusiva nas escolas, se comprometendo com a transformação político-social e com a qualidade de ensino desses alunos.

Frente ao exposto, as minhas indagações diante do presente estudo foram: Quantas são as teses e dissertações na área da educação que foram defendidas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo, em que a educação Especial está contida no PPP das escolas do Ensino Fundamental e Médio? De que forma essas produções abordam as propostas educacionais do PPP e da educação Especial? Quais contribuições o PPP traz para a inclusão desses alunos em termos de equidade, qualidade e acesso aos serviços?

Neste sentido, visa realizar um mapeamento em teses e dissertações que versam sobre o Projeto Político Pedagógico e a Educação Especial existentes nos repositórios e bibliotecas digitais das universidades públicas do estado de São Paulo, analisando como os PPP se organizam e mobilizam para a transformação estrutural e social da escola, tendo em vista assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Lançar-se-á mão do olhar, um olhar qualitativo, que de acordo com Ludke e André (1986), traz a interpretação e a

descoberta de dados. Tratar-se também de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010), é desenvolvida com base em material já elaborado.

A relevância acadêmica do presente estudo é mostrar o que as pesquisas encontradas trouxeram no sentido de oferecer subsídios que possam ser considerados como um avanço para afirmar a inserção da educação especial no PPP das escolas e as contribuições para a comunidade escolar. Acresce-se também, que os resultados possam oferecer um novo olhar em relação à educação especial que permeia as discussões do PPP dando oportunidade de socialização e aprendizagem a todos os envolvidos no processo educativo.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: item 1 introdução e justificativa apresentando as indagações e o caminho que levou a pesquisa. Item 2 denominado o projeto político pedagógico nas escolas da educação básica, referindo-se às principais ações e movimentos que demarcam a finalidade e intencionalidade do PPP. Também, sua elaboração e articulação nos processos democráticos nas unidades escolares, a evolução das políticas públicas no Brasil que trata da Constituição, as Leis de Diretrizes e Bases, bem como os principais documentos oficiais governamentais, sob o olhar de alguns referenciais teóricos. Item 3, expôs sobre as políticas públicas nacionais e internacionais da educação especial, bem como os principais documentos da Secretaria da Educação do estado de São Paulo sobre o direito dos alunos com deficiência e alguns aportes teóricos referentes à educação especial como esta deve permear o PPP. Item 4 encontram-se os objetivos geral e específicos. No item 5, situa-se o método trilhado pela pesquisadora para a realização da presente pesquisa. Seguidamente, no item 6, encontra-se a apresentação e análise dos dados e, para o fechamento, no item 7, foram tecidas as considerações finais.

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Ações e Programas. Governamentais

O Projeto Político Pedagógico, explicitado nos artigos 12, 13 e 14 da LDB9394/96, é uma ferramenta primordial a ser desenvolvida nas escolas. De acordo com o artigo 12, os estabelecimentos de ensino, deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica e articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. No artigo 13 os docentes terão a incumbência de participar na elaboração da proposta pedagógica e cumprir o plano de trabalho, de acordo com a mesma. E em seu artigo 14, os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática de acordo com suas peculiaridades e os profissionais da educação participarão da elaboração do projeto político pedagógico. (BRASIL, 1996)

De acordo com o Parecer nº 4/98, o poder federativo vem assumindo “[...] responsabilidades crescentes para que a educação básica, demanda primeira das sociedades democráticas, seja prioridade nacional como garantia inalienável do exercício da cidadania plena”. Neste sentido, ao definir suas propostas pedagógicas as escolas “[...] deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino”. (BRASIL, 1998, p.4)

A Resolução CEE nº 2, de 7 de abril de 1998, define os princípios, fundamentos e procedimentos para o Ensino Fundamental e orienta as escolas sobre sua organização do ensino, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas Propostas Pedagógicas, forma, as escolas ao definirem suas propostas, devem expressar que reconhecem a identidade dos alunos, professores e pais e a identidade da própria unidade escolar. E através da Proposta Pedagógica constatar que as aprendizagens são formadas pelo convívio dos processos do contexto escolar e a troca de vivências entre todos desse ambiente, demonstrando de diferentes formas por meio de ações humanísticas e de valores à vida cidadão, a fim de garantir a igualdade de acesso e legitimando a qualidade da ação pedagógica. (SEE/SP, 1998)

A Indicação CEE nº 8/2001, que trata sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, no sistema de ensino do estado de São Paulo, coloca que a Proposta Pedagógica de cada escola, considere e verse sobre a dimensão política, para representar

os valores democráticos e os direitos dos cidadãos e também trata a dimensão ética e estética, sendo a primeira através da defesa da solidariedade e respeito ao bem comum, e a segunda o compromisso com o reconhecimento das múltiplas culturas. De acordo com essa indicação, a Proposta Pedagógica, deve avaliar o desenvolvimento intelectual dos alunos e professores, garantindo a oportunidade para a aprendizagem por diferentes meios, para que se obtenha as competências almejavéis para a comunidade escolar, bem como a ampliação das metas educacionais defendidas. (CEE /SP 2001)

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, o projeto político pedagógico é dependente da autonomia pedagógica e administrativa, e representa em sua essência a ação democrática da escola e a qualidade social. Portanto, o primeiro fundamento para a elaboração deste projeto, é sua construção coletiva, o que demanda a intencionalidade entre o real e o ideal, para que haja sensatez dos interesses individuais e coletivos, o que permite as relações horizontais dentro da escola. (BRASIL, 2010)

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010 aponta em seu artigo 44, que este projeto deve contemplar pontos importantes que refletem na aprendizagem dos alunos “[...] entendidos como cidadãos com direitos a proteção e a participação social”. Dentre eles destacam-se: “[...] diagnóstico concreto da realidade dos sujeitos; a concepção de educação; organização do trabalho pedagógico; fundamentos da gestão democrática; o acompanhamento de acesso e permanência; formação inicial e continuada dos professores”, dentre outros. (BRASIL, 2010)

As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (2010), discorre que o PPP deve orientar:

- I. Dispositivos, medidas e atos de organização do trabalho escolar;
 - II. Mecanismos de promoção e fortalecimento da autonomia escolar, mediante a alocação de recursos financeiro, administrativos e de suporte técnico necessário a sua realização;
 - III. Adequação dos recursos físicos, inclusive organização dos espaços, equipamentos, biblioteca, laboratórios e outros ambientes educacionais.
- (BRASIL, 2010, p.58)

A Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010), apresenta em seu documento final, a importância de se “[...] proferir a construção de projeto político pedagógico e planos de desenvolvimento institucionais, sintonizados com a realidade e as necessidades locais, promover e garantir autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das instituições de educação, assegurando assim, o processo participativo e democrático da educação”.

Nesse sentido, assim como as legislações acima apresentadas, veicula prescrições em relação ao trabalho escolar, autores conversam com as mesmas sobre as definições e execução sobre PPP.

2.2 O PPP sob o Olhar de alguns Teóricos

Segundo Veiga (2011), para que a escola possa exercer suas incumbências definidas pela legislação, ela deverá ser estatal quanto ao funcionamento, democrática quanto a gestão e pública quanto à destinação, sendo o grande desafio garantir a qualidade técnica e política para todos. Dessa forma, é um processo de ação-reflexão-ação que necessita do esforço e vontade política do coletivo escolar.

Para a autora, todo projeto político da escola, assim se define por estar proferido com o compromisso sociopolítico dos interesses reais e coletivos da população majoritária e pedagógico no que se refere a real intenção da escola e na aceção de suas ações educativas. O PPP não visa simplesmente um rearranjo formal da escola, mas sim uma qualidade em todo o processo vivido. (VEIGA, 2011)

Conforme Gadotti (2001), o PPP manifesta sua dimensão política, devido estar relacionado ao interesse de um grupo e o compromisso com este. Pedagógico no sentido da intenção de formar o cidadão responsável e participativo, com a função sobre o que se quer transformar.

Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola, que é a sua história, o conjunto dos seus currículos e dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (GADOTTI, 2001, p.36)

De acordo com o autor, o PPP instaura um movimento crítico, devido a renovação da escola envolver-se com as pessoas na sua elaboração, essa participação, não está presa dentro das paredes da escola, mas sim rumo a comunidade externa e à participação das distintas esferas governamentais, aliando-se com responsabilidade, a autonomia de todos os envolvidos.

[...] o processo político-pedagógico constitui-se em uma referência importante para a reflexão ética do trabalho escolar, podendo

redimensionar as ações do coletivo que o concede, elabora e avalia. Refletindo acerca de suas concepções de homem, sociedade, educação, ensino, aprendizagem, currículo, avaliação etc, os sujeitos da escola podem imprimir um caráter mais crítico ao componente ético de suas ações, distanciando-se de práticas individualistas rumo a outras que tomem o coletivo como foco. (SOUSA, 2001, p.227)

Segundo França (2016), neste documento são considerados os âmbitos que compõem o ambiente educacional, como a proposta curricular, as diretrizes sobre a formação dos professores e as diretrizes para a gestão administrativa, plano de ação, dados regionais de aprendizagem, contexto das famílias dos estudantes e os recursos materiais e humanos. A autora discorre sobre o conceito de PPP, como projeto por ser uma reunião de propostas com o objetivo de realizar uma ação, político por considerar sua função social e a possibilidade de fazer da escola um espaço emancipatório e pedagógico porque define um conjunto de métodos e atividades educacionais, no processo de ensino e aprendizagem.

Para Sousa (2001), construir o PPP não se trata de um documento burocrático a ser entregue, mas uma referência que contribui para a construção de identidades, nas dimensões sociais, éticas e políticas, sendo um instrumento de organização dos sujeitos sociais no interior da escola.

Se os sujeitos constituem-se no âmbito de suas relações sociais, éticas e políticas, de forma semelhante ocorre a construção do projeto político pedagógico da escola. Nesse sentido, é preciso não perder de vista o fato de que o processo de construção desse projeto é o campo, por excelência, de produção de subjetividade dos sujeitos, uma vez que todos os segmentos da escola constroem e reconstróem em suas práticas cotidianas. (SOUSA, 2001, p.221)

Retomando Veiga (2003), algumas características são fundamentais para a construção de um PPP de qualidade, como a democratização da escola, consciente das dificuldades do processo educacional sem excluir a autonomia de uma gestão coletiva e participativa. Para que efetivamente configure um projeto coletivo, deve ser pautado no diálogo, na cooperação, em que todos contribuam nas decisões, com tendências de uma ação transformadora. Que através da ação-reflexão-ação busque estratégias que superem os problemas no trabalho coletivo e, por fim, que o PPP busque a inclusão no espaço escolar, com respeito às diferenças, sendo que isso não significa tratar o diferente de maneira igualitária.

Bussman (1997), ao discorrer sobre PPP pontua que o processo de construção coletiva exige o rompimento das estruturas organizacionais fragmentadas, definição clara

dos princípios e diretrizes da escola, envolvimento da comunidade escolar com vontade política para romper o individualismo e estabelecer o diálogo franco, conhecimento da realidade escolar através de um diagnóstico atualizado, revisão constante das práticas pedagógicas, metodologia de avaliação, relações humanas, organização escolar, regimento e reuniões. Atualização do pessoal docente e técnico, coordenação administrativa e pedagógica. Para a autora não é meramente elaborar o PPP, mas sim instalar um processo de ação-reflexão na busca da vontade política de toda a comunidade escolar.

Reynaud (2000) aponta que a construção do Projeto Político-Pedagógico é resultado de um período influenciado pelo momento político que o Brasil vivia nas últimas duas décadas, em que busca uma sociedade igualitária com a promoção da justiça social. A autora ressalta o caráter político do PPP, devido seus princípios definirem uma sociedade que se quer construir, por intervenção de uma ação educativa, dessa forma não sendo qualquer intencionalidade, mas essa sendo debatida amplamente no cerne da escola. A participação dos envolvidos, sendo estes a direção, pais, professores, alunos, funcionários e comunidade é um processo essencial, tendo conotação forte, ativa, prática e comprometida, o que leva a autogestão, ao exercício da autonomia, e ao rompimento da dependência. Assim, para a autora, há necessidade primordial de envolver todos na tomada de decisão política, pedagógica e administrativa em todo o processo educativo.

Um projeto só pode ser considerado Político-Pedagógico, quando retrata, pela identidade, a filosofia de trabalho da escola e sua missão, seus valores humanos e pedagógicos, sua clientela e os objetivos que deseja alcançar, as ações que serão realizadas para atingir o ideal proposto, e principalmente, pela autonomia, exercida pelo atendimento das necessidades e das características de seus alunos e da comunidade, sem deixar de estar inserido no sistema nacional de educação, realçando o papel de mediação da educação. (REYNAUD, 2000, p. 19)

De acordo com Padilha (2003), a participação de todos os segmentos na construção do PPP deve ser desde a concepção do projeto, até a avaliação e o replanejamento. Dessa forma, todos os segmentos participam de diferentes dimensões do trabalho escolar, os pais podem acompanhar a programação e coordenação de atividades e vincular-se com diferentes colegiados já existentes na escola. Em relação a participação dos alunos a autora pontua que o PPP deve assegurar, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de forma a envolver as crianças e adolescentes nas decisões da sua vida escolar, como currículo, projetos, normas e participação nos colegiados. As associações de bairro devem contribuir com atividades extracurriculares,

o diretor deve ser responsável por coordenar todas as atividades escolares e criar mecanismos para o envolvimento de todos na construção do PPP. O Coordenador pedagógico fazer a articulação com a equipe pedagógica os diversos desdobramentos dos planos de curso, currículo, de ensino e de aula. Ao supervisor cabe a responsabilidade de apresentar as diretrizes referentes ao documento e aos professores o comprometimento com o que foi decidido coletivamente.

Para Veiga (2003), a construção do PPP deve apresentar pelo menos sete (7) elementos básicos tais como, as finalidades da escola², a estrutura organizacional³, o currículo⁴, o tempo escolar⁵, o processo de decisão⁶, as relações de trabalho⁷ e a avaliação⁸.

² Finalidades da escola: Necessidade de refletir sobre a ação educativa, com base nos objetivos que ela define, alude a finalidade da legislação, cultural, político e social, formação profissional e a finalidade humanística.

³ Estrutura organizacional: Forma geral de organização, dispõe de dois tipos básicos, sendo a estrutura administrativa e a estrutura pedagógica.

⁴ O currículo: Construção social do conhecimento.

⁵ Tempo escolar: Um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, marcado pela segmentação do calendário escolar.

⁶ Processo de decisão: Organização formal da escola, orientado por processos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas.

⁷ Relações de trabalho: Calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva.

⁸ Avaliação: Acompanhar as atividades e avalia-las de modo a refletir em dados concretos, para colocar em ação o projeto político pedagógico.

3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INCLUSIVO

3.1 Ações e Programas. Governamentais

A Educação Especial tradicionalmente fundamentou-se no conceito de normalidade/anormalidade, dessa forma ocorre a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais, pois o atendimento educacional especializado era substituído ao ensino comum. A partir do processo de democratização da educação se evidencia a contradição de inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. (Portaria nº 948/2007)

A LDB 4.024/61 trata sobre a Educação de Excepcionais em seu título X, e aponta que “[...] o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser preferencialmente no sistema de educação, com a finalidade de integrá-los na comunidade”. (BRASIL, 1961)

Em 1971, a LDB nº 5.692/71, no Art. 9º afirma que “[...] os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 208 trata sobre o dever do Estado com a educação e sua efetivação, sendo o inciso “[...] III a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988)

A Declaração Mundial de Educação para Todos - Conferência de Jomtien – (1990), que aconteceu na Tailândia, e teve como proposta o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, em seu artigo 3 que aborda sobre a universalização do acesso à educação e promoção da equidade, pontua que é necessário “[...] universalizar e melhorar a qualidade, e tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. ” “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial, nesse sentido é fundamental que ocorra medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, sendo este integrante do sistema educativo. ” (BRASIL, 1990)

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca pontuou em um de seus princípios que “[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola

regular, e que é dever acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (BRASIL, 1994). Os princípios fundamentais da escola inclusiva segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 11-12):

Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (SALAMANCA, 1994, p.11)

A LDB 9394/96, em seu capítulo 5 no Art.58 trata da educação especial como uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. No inciso 1 e 2 fica evidenciado que o serviço de educação especializada na escola regular deve atender as particularidades da clientela de educação especial, sendo realizado em classes, escolas, ou serviços especializados para atender as condições características dos alunos, se não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

No Art. 59 fica assegurado a esses alunos, conforme os incisos “I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

O Decreto nº 3.298/99, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino enfatizando a atuação complementar da educação especial no ensino regular. (BRASIL, 1999).

No ano de 2001, houve um progresso em relação as políticas públicas em relação ao atendimento das pessoas com necessidades especiais como: Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001); Resolução nº 2; Parecer nº 17; e a Lei nº 10.172/01 conforme a seguir.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), preconiza a construção de uma sociedade inclusiva, para o desenvolvimento e manutenção de um estado democrático e entende por inclusão, a garantia de acesso

contínuo, as relações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL 2001)

A Resolução 02/2001 determina que “[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições da educação de qualidade para todos.” (MEC/SEESP, 2001)

No art. Art. 3º dessa Resolução trata a educação especial

“[...] como modalidade da educação escolar, apreende-se que o processo educacional, o qual deliberado na proposta pedagógica, garanta recursos e serviços educacionais especializados, dispostos de forma institucional para sustentar, complementar e suplementar e em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, assim garantir que a educação escolar promova o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.” (MEC/SEESP, 2001, p.4)

Em seu Parágrafo único afirma que os sistemas de ensino devem estabelecer de forma funcional, como setor responsável pela educação especial, e possuir recursos humanos, materiais e financeiros que oportunizem e sustentem o processo da construção da educação inclusiva. E em seu artigo 5º, define quem são os alunos com necessidades educacionais especiais.

O Parecer CNE 17/2001 contém uma reflexão acerca do público alvo tradicionalmente atendido pela educação especial:

Alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2001, p. 19)

O mesmo parecer (CNE 17/2001) enfatiza três grupos, reunindo aqueles que apresentam:

1. [...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: 1.1. Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; 1.2. Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; 2. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, particularmente alunos que apresentam surdez, cegueira, surdo-cegueira ou distúrbios acentuados de linguagem, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações de acesso ao

currículo, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis, assegurando-se os recursos humanos e materiais necessários: 2.1. Em face das condições específicas associadas à surdez, é importante que os sistemas de ensino se organizem de forma que haja escolas em condições de oferecer aos alunos surdos o ensino em língua brasileira de sinais e em língua portuguesa e, aos surdo-cegos, o ensino em língua de sinais digital, e outras técnicas, bem como escolas com propostas de ensino e aprendizagem diferentes, facultando-se a esses alunos e a suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada; 2.2. Em face das condições específicas associadas à cegueira e à visão subnormal, os sistemas de ensino devem prover aos alunos cegos o material didático, inclusive provas, e o livro didático em Braille e, aos alunos com visão subnormal (baixa visão), os auxílios ópticos necessários, bem como material didático, livro didático e provas em caracteres ampliados; 3. Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que [sic], por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares em classe comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar. (BRASIL, 2001, p. 19)

No mesmo ano a Lei nº 10.172/01, que regulamenta o Plano Nacional da Educação, ao estabelecer os objetivos e metas para os sistemas de ensino, não somente favorece o atendimento às necessidades especiais, mas também pontua sobre a formação docente e a acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado e ratifica a universalização, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado, e a garantia do sistema educacional inclusivo, com salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados para alunos que apresentem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O Ministério da Educação, em 2003, institui O Programa Educação Inclusiva, que tem em vista transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, e promover a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (BRASIL, 2003)

O ano de 2004 foi um marco considerável na elaboração de documentos importantes. O Ministério Público Federal difunde o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência em Classes Comuns na rede regular”, tendo como pressuposto divulgar os conceitos e diretrizes para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular. (MEC, 2004)

E o Decreto nº 5.296/04, que regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Em 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabeleceu que um sistema de educação inclusiva, em todos os níveis e de ensino, meta plena de inclusão, adotando medidas para garantir que “[...] alunos com deficiência não sejam excluídos do sistema educacional, e assim ter garantido o acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com os demais que vivem”.

No mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, promulgam o Plano Nacional em Direitos Humanos, que discorre sobre o desenvolvimento de ações para possibilitar a inclusão, o acesso e a permanência na educação superior às pessoas com deficiência.

Em 2007, visando fortalecer a inclusão educacional nas políticas públicas, o Decreto nº 6.094, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos Pela Educação, instituindo sobre a garantia do acesso e a permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A Deliberação CEE nº 68/2007, fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no sistema estadual de ensino em seu artigo 3º considerando alunos com necessidades especiais aqueles que apresentam deficiência física, mental, sensorial e múltipla e demandam atendimento educacional especializado, aqueles que apresentam altas habilidades⁹, superdotação¹⁰ e grande facilidade de aprendizagem e alunos com transtornos invasivos de desenvolvimento¹¹, bem como os que necessitam de recursos pedagógicos adicionais.

Nesse sentido, conforme esta Deliberação, as escolas devem garantir as condições necessárias de qualidade para todos, de forma que atenda os alunos com necessidades especiais.

O Conselho Nacional de Educação publica a Resolução nº 04/2009, a qual constitui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado -

⁹Portadores de altas habilidades são os educandos que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo

¹⁰Superdotação caracteriza-se por um desenvolvimento intelectual acima da média, podendo representar especificidades em diversos campos do conhecimento.

¹¹Transtorno invasivos do desenvolvimento inclui o autismo, a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett, o transtorno desintegrativo da infância e uma categoria residual denominada transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação.

AEE e define o caráter complementar, predizendo sua intencionalidade no Projeto Político Pedagógico da escola. No artigo 1º lê-se que ‘[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Especializado (AEE).

No artigo 5º desta resolução o AEE é efetivado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da escola ou pode ocorrer em outra unidade escolar, no turno inverso, não sendo substitutivo as classes comuns. Em seu artigo 10º o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE de forma que promova e organize a sala de recursos multifuncionais com espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos de acessibilidade e equipamentos específicos, e assim sejam identificadas as necessidades específicas, para definir os recursos necessários das atividades a serem desenvolvidas estabelecendo um cronograma e o plano de atendimento aos alunos.

A Resolução nº 04/2010 determina o Público alvo da educação Especial e preconiza no artigo 29, que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado.

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências sobre o atendimento das necessidades específicas na educação especial, garante o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades. Em sua meta 4 discorre sobre o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados.

Os dispositivos legais referentes à Educação Especial denotam a importância de do ensino especial estar presente no PPP, no Regimento e demais documentos escolares. Diante desse contexto, autores apontam sobre a necessidade de as políticas públicas serem efetivadas.

3.2 A Educação Especial sob o olhar de alguns Referenciais Teóricos

Em concordância com as políticas públicas educacionais sobre educação especial, dentre os autores que conversam e comungam nesse sentido, Mantoan (2001) afirma que

a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil encontra-se dividida entre três grandes períodos: de 1.854 a 1.956, marcado por iniciativas de cunho privado; de 1.957 a 1.993, definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1.993 até o momento, caracterizado pelos movimentos sociais em defesa da inclusão escolar.

Segundo Omote (2008), apesar de nas últimas décadas ter acontecido grandes avanços e discussões sobre a problemática da educação especial, são resultados de um processo que acompanha as mudanças da sociedade.

Oliveira e Leite (2007) afirmam que a Educação Inclusiva deve ter como base o princípio da igualdade, respeitando as diferenças e garantindo os direitos para atender as necessidades específicas de cada um, considerando que todos são diferentes, suprimindo as desigualdades sociais, culturais e econômicas daqueles que estão a esteio da sociedade e vivem em situações de desvantagem.

Segundo Mantoan (2006), em uma escola inclusiva, a intenção é garantir aos alunos o óbvio: o direito à educação e assegurar este direito é reconhecer o que a educação representa para todos os alunos, indistintamente, como a igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade.

Tezani (2011) explica que a proposta de inclusão requer que a equipe elabore propostas pedagógicas com objetivos específicos e conteúdos organizados de forma que o ritmo de aprendizagem desses alunos seja respeitado, e utilize uma metodologia de ensino que motive e proporcione a aprendizagem dos mesmos.

Uma gestão democrática que vise à inclusão de todos no ambiente escolar requer incentivos em ações que melhorem a qualidade do ensino a todos, incentivos na formação continuada dos professores, incentivos em recursos humanos e financeiros, além da remoção de barreiras arquitetônicas, estruturais e emocionais. (GARCEZ, 2004; Prieto, 2004)

Sánchez (2005, p. 16) ressalta que o conceito de inclusão “[...] comunica mais claramente e com maior exatidão, que todas as crianças necessitam estar incluídas na vida educativa e social das escolas comuns, e na sociedade em geral, não unicamente dentro da escola comum”.

Para Beyer (2006), nesta concepção, a criança com necessidades educacionais é entendida como uma criança que apesar de ser como as outras, possui particularidades na sua aprendizagem, o autor pontua que:

Não é uma criança marcada pelo déficit’, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma

aprendizagem significativa e eficaz. A deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituindo um estado permanente não deve definir os atributos individuais. Na pessoa deficiente, porém uma pessoa (como todas as demais), cujo um dos seus atributos é não ouvir, não ver, não andar, e assim por diante. Enquanto as instituições especiais ou os espaços instituições especializados para pessoas com deficiência constituíram nas iniciativas pioneiras no sentido de atendimento terapêutico e educativo das mesmas, por outro lado, acabaram por acentuar uma compreensão equivocada ou por projetar um conceito social igualmente equivocado: o de que elas se constituíam em pessoas incompletas ou deficientes. (BEYER, 2006, p.9)

Segundo Prieto (2008), a educação inclusive tem se caracterizado por um novo padrão, que é formado pela importância da diversidade, sendo está uma condição que traz benefícios ao processo de escolarização para todos, através do respeito aos diferentes ritmos de aprender e também ao rompimento das práticas pedagógicas instituídas pelos sistemas de ensino, o que faz ocorrer uma nova proposta ao modo de ensinar.

3.3 A Educação Especial no PPP

Segundo Drago (2010), o projeto político pedagógico e a inclusão escolar “[...] traz para o debate algumas ideias acerca deste documento destacando seus objetivos, suas finalidades e dentre outras abordagens que perpassam aspectos necessários a todo projeto político pedagógico que tenha o desejo de realização de uma educação para a pessoa em toda a sua potencialidade, possibilidade e peculiaridade”.

De acordo com o autor, no que se refere a inclusão de alunos com deficiências na escola comum, o procedimento é dúbio e difícil, pois acarreta incertezas nas propostas de ações pedagógicas inclusivas, em relação ao fomento das políticas públicas sobre o acesso, bem como, manter o êxito no que se refere a permanência nas salas comuns.

Para Veiga (1995), a partir dessa conjectura, as transformações indispensáveis não aconteceram porventura, foram expressadas pelo desejo e engajamento da equipe escolar, demonstradas na participação do PPP e vivenciadas por meio de uma gestão democrática. O PPP é ajustado de acordo com princípios de igualdade, qualidade, gestão democrática e valorização do magistério.

Segundo a autora, o início da Gestão Democrática na perspectiva inclusiva é pontuado de maneira significativa, compreendendo que a educação inclusiva se estabelece em uma configuração extensa.

[...] exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares. (VEIGA, 1995, p. 17-18)

Poker (2007) afirma que ao adotar uma proposta emancipatória do PPP, que incide por estabelecer uma prática pedagógica de inclusão, demanda entre outros elementos que os professores e a equipe pedagógica reconheçam a realidade social em que atuam, compreendam seus determinantes e assim esse percurso leva a construção de uma educação inclusiva de fato, e é através do reconhecimento dessa realidade que faz-se valer o direito dos sujeitos diferentes dentro do ambiente escolar, ou seja, os alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Mantoan (2003), ao aferir sobre as propostas de ação educacional que abordam a inclusão, deparara-se com dimensões éticas e conservadoras, que promulgam com tolerância e respeito ao outro, no entanto, podem ocultar entraves na execução do documento na íntegra, diante da prática. Dessa forma, o PPP precisa desencadear ações com realismo e responsabilidade, definindo iniciativas com a participação de todos os segmentos, sendo espaços educativos para construir personalidades que aprendam ser pessoas que valorizem seus pares, para que não haja a exclusão de alunos e todos possam ter possibilidades de aprendizagem dentro do mesmo espaço educativo.

Drago (2010) salienta que são vários os procedimentos que permeiam as ações inclusivas, assim o PPP é a abertura para as discussões sobre a diversidade e as práticas educacionais que apontam a ressignificação da escola em todos os seus aspectos, sendo que este projeto tende a reconhecer todos os envolvidos nesse processo e o que cada um colabora para a democratização da educação e dos saberes. Discute diante desse contexto a inclusão passa a ser de forma integral ao aluno, pois ele faz parte do processo e construção do PPP permitindo sua plena inserção, dessa forma, considerando suas características e peculiaridades, efetivando ações curriculares, metodológicas e avaliativas que envolve os alunos com necessidades especiais.

Diante do exposto, o PPP que busca evidenciar sua característica inclusiva, procura de forma incansável a educação de qualidade para todos, independentemente de quaisquer distinções, seja física, mental, sensorial ou intelectual, pois tem a finalidade de formar cidadãos com princípios éticos, estéticos e políticos. (DRAGO, 2010)

Nesse sentido, Poker (2007) coloca sobre a intencionalidade do PPP, como percebida no conjunto de ações educativas da escola, expressadas em suas práticas cotidianas e não simplesmente em sua formalidade, fundamentos teóricos e não condizendo a realidade a qual a escola está inserida, mas evidenciar o papel influenciador do PPP para consolidar uma educação que seja de fato inclusiva. Assim, este documento compromete-se com a transformação político-social considerando o ser real, independentemente de suas diferenças, dessa forma concretizar a educação inclusiva dentro da escola.

Para Mantoan (2003), as escolas que evidenciam um trabalho capaz de ensinar a todos sem diferenças, tendo uma prática de ensino especializado, de fato se origina de uma reorganização do seu PPP, pois este trabalho requer reformulações de acordo com novos padrões da ação educativa, as escolas que prezam por um ambiente sócio afetivo não excluem alunos em suas salas de aulas, sendo que este contexto deve expressar-se em seu PPP.

Oliveira e Leite (2007) afirmam que a ideia de um sistema educacional inclusivo exige um planejamento bastante complexo, que engloba desde ações a serem implementadas no macrosistema, a partir da elaboração de uma política educacional diferenciada, até ações pontuais no cotidiano da sala de aula, por meio de um planejamento pedagógico que atenda à diversidade dos alunos presentes na escola, inclusive daqueles com deficiência.

Segundo as autoras, a educação inclusiva, deve fundar-se em questões de igualdade, sendo que o respeito pela diferença não é resistir a igualdade sem garantia de direitos que atende as necessidades de cada um, lembrando que todos são diferentes, essa ideia se conclui com o fundamento da equidade que supre todas as formas de desigualdades em relação aqueles que se encontram em situação de desvantagem, dessa forma o PPP coloca-se frente a construção de uma educação inclusiva.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 Objetivo geral

Identificar as teses e dissertações dos repositórios e bibliotecas digitais das universidades públicas do estado de São Paulo, que versam sobre o Projeto Político Pedagógico que contemplam a Educação Especial.

4.2 Objetivos específicos

- Identificar e analisar as produções que consideram a educação especial em seu PPP verificando de que forma atendem aos propósitos dos documentos oficiais para assegurar uma educação mais equitativa e de qualidade a esses alunos.

- Identificar nessas produções quais ações da educação Especial estão contidas no PPP e as suas contribuições para a inclusão desses alunos.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Ludke e André (1986), busca a interpretação e a descoberta de dados, o que permite ao pesquisador organizar novos questionamentos e interpretação na elaboração da pesquisa.

O estudo refere-se a uma análise documental, que conforme Gil (2010), se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto e que ainda podem ser reelaboradas conforme o objeto de pesquisa, considerando que os documentos constituem fonte rica e estável de dados.

Segundo Ludke e André (1986, p. 38) a “[...] análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema problema [...]”.

Versa também em uma pesquisa bibliográfica, por ser desenvolvida com base em material já elaborado, como livros, publicações periódicas e impressos diversos, o que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2010)

De acordo com Ludke e André (1986), ao definir a análise de documentos, existe um conjunto de instrumentos em constante aperfeiçoamento, que são aplicados a discursos, textos e documentos, ressaltam assim que a categorização dos dados é fundamental, o que só poderá ocorrer após a coleta e análise dos dados disponíveis.

Nesta direção, as autoras pontuam que as categorias surgem a princípio, no momento da literatura e em seguida, são modificadas de acordo com as precisões do pesquisador, assim, a definição de critérios auxiliam na avaliação das categorias, sendo que estas, devem refletir nos objetivos da pesquisa. (LUDKE; ANDRÉ, 1986)

O presente estudo utilizou documentos públicos com interesse em dados oficiais, sendo que as categorias de análise foram estabelecidas de acordo com os objetivos deste, de maneira que encontrassem ocorrência e fidedignidade nos dados. Importante pontuar que por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, não se faz necessário a autorização do Comitê de Ética, pois trata-se de documentos públicos como já referido acima.

5.1 Materiais

Para o levantamento das pesquisas realizadas sobre Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, bem como outras fontes bibliográficas foram utilizadas Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, sendo elas: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”¹² – Unesp, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR¹³, Universidade de São Paulo – USP¹⁴, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP¹⁵ e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP¹⁶.

5.2 Procedimentos da Coleta dos Dados

O processo para coletar os dados foi realizado em dois momentos, primeiro a análise documental, referenciais teóricos, e legislação sobre os dois temas principais pesquisados, Educação Especial e Projeto Político Pedagógico e o segundo momento o levantamento das teses e dissertações sobre os temas supracitados.

5.2.1 Análise Documental

A intenção inicial da presente coleta era realizá-la por meio do banco de Teses e Dissertações da CAPES, porém, ao refinar a busca com os descritores “Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Necessidades Especiais, Inclusão de Deficientes, Educação Especial na Educação Básica, Plano de Gestão, Proposta Pedagógica, Projeto Político Pedagógico e Educação Especial e Projeto Político

¹²**Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)** é uma universidade pública brasileira, com atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. A instituição é uma das quatro universidades mantidas pelo governo do estado de São Paulo

¹³**Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)** é uma instituição de ensino superior pública e federal brasileira, com sede no município de São Carlos, no estado de São Paulo, fundada em 1968.

¹⁴**Universidade de São Paulo (USP)** é uma das quatro universidades públicas mantidas pelo governo do estado brasileiro de São Paulo, junto com a Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). É a maior universidade pública brasileira e a universidade mais importante do país, da Ibero-América e uma das melhores e mais prestigiadas do mundo. A USP é uma das maiores instituições de ensino superior na América Latina.

¹⁵**Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** é uma universidade pública do estado de São Paulo, Brasil, considerada uma das melhores universidades do país e da América Latina.

¹⁶**A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)** é uma instituição de ensino superior pública brasileira localizada no estado de São Paulo, sendo uma das três universidades federais do estado, ao lado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do ABC (UFABC). Formada por 7 campi distribuídos pelo estado, é uma das universidades mantidas pelo Ministério da Educação com maior orçamento público.

Pedagógico” o site “zerava” não permitindo que este procedimento fosse finalizado com êxito. Dessa forma, direcionou-se a coleta para as Universidades Públicas do Estado de São Paulo, com os mesmos descritores citados acima.

Para a apreciação das Teses e Dissertações encontradas foram analisadas as palavras chave e, posteriormente, a leitura dos resumos para verificar se realmente condizia ao objeto de pesquisa e assim analisar na íntegra de acordo com o roteiro¹⁷ elaborado.

5.2.2 Levantamento de Teses e Dissertações

A pesquisa foi realizada com base nos dados apresentados em cada repositório, conforme apresentados, Repositório Institucional da UNESP¹⁸, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP¹⁹, Repositório Institucional da UFSCar²⁰, Biblioteca Digital da UNICAMP²¹ e Repositório Institucional da UNIFESP²².

- a) **Repositório Institucional da UNESP:** a pesquisa foi realizada por meio eletrônico, sendo o levantamento dos dados foram colocados em quadros que foram se refinando até atingir o objeto do estudo, conforme apresentados a seguir:

Quadro 1- Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação e Educação Escolar.

Quadro 1	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	20.824
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149

¹⁷Roteiro elaborado pela autora e sua orientadora, para analisar as produções.

¹⁸O **Repositório Institucional UNESP** tem por objetivo armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto, como bem público global, à produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa da Universidade.

¹⁹A **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)** da Universidade de São Paulo (USP) foi criada para disponibilizar na Internet o conhecimento produzido pelos trabalhos defendidos na Universidade de São Paulo, permitindo que as comunidades brasileira e internacional possam ter em mãos a versão digital completa das teses e dissertações. A Biblioteca Digital foi inaugurada em 2001 juntamente com o Portal do Conhecimento.

²⁰O **Repositório Institucional da UFSCar (RI UFSCar)** é um sistema de informação que visa armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual dos diversos setores e segmentos da comunidade da UFSCar, provendo o acesso aberto à informação produzida na instituição e registrada como científica, tecnológica, didática, artístico-cultural e técnico-administrativa.

²¹**Biblioteca Digital da Unicamp** tem como objetivo captar, tratar e disseminar documentos e objetos digitais, obras raras digitalizadas, trabalhos apresentados em eventos, hemeroteca, revistas eletrônicas, entre outros.

²² Este é o sistema de informação de acesso à produção intelectual da **Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)**. Um projeto da Coordenadoria da Rede de Bibliotecas da UNIFESP (CRBU).

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2- Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação e Educação Escolar.

Quadro 2	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	9.906
EDUCAÇÃO	579
EDUCAÇÃO ESCOLAR	145

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação e Educação Escolar.

Quadro 3	
NECESSIDADES ESPECIAIS	18.941
EDUCAÇÃO	586
EDUCAÇÃO ESCOLAR	144

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação e Educação Escolar.

Quadro 4	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	18.941
EDUCAÇÃO	586
EDUCAÇÃO ESCOLAR	144

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação e Educação Escolar.

Quadro 5	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	22.405
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação e Educação Escolar.

Quadro 6	
PLANO DE GESTÃO	22.526
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação e Educação Escolar.

Quadro 7	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	15.119
EDUCAÇÃO	595
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149

Fonte: Elaboração própria

Quadro 8 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação e Educação Escolar.

Quadro 8	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	15.963
EDUCAÇÃO	591
EDUCAÇÃO ESCOLAR	147

Fonte: Elaboração própria

Quadro 9 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação e Educação Escolar.

Quadro 9	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	22.522
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149

Fonte: Elaboração própria

Neste repositório encontrou-se duas dissertações que foram ao encontro do objeto deste estudo, sendo elas:

- Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva. Flávia Danieli de Souza, 2009 – UNESP – Marília.
- Representações sociais de professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: a escola em movimento. Maria Paula Pereira Scavoni, 2016 – UNESP – Marília.

- b) **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP:** a pesquisa foi realizada por meio eletrônico, sendo o levantamento dos dados apresentados da seguinte forma:

Quadro 10- Teses e Dissertações: Educação Especial e Educação.

Quadro 10	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	46
EDUCAÇÃO	31

Fonte: Elaboração própria

Quadro 11 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado e Educação.

Quadro 11	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	11
EDUCAÇÃO	11

Fonte: Elaboração própria

Quadro 12 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais e Educação.

Quadro 12	
NECESSIDADES ESPECIAIS	24
EDUCAÇÃO	1

Fonte: Elaboração própria

Quadro 13 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes e Educação.

Quadro 13	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	0
EDUCAÇÃO	0

Fonte: Elaboração própria**Quadro 14- Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica e Educação.**

Quadro 14	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	1
EDUCAÇÃO	1

Fonte: Elaboração própria**Quadro 15 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão e Educação.**

Quadro 15	
PLANO DE GESTÃO	20
EDUCAÇÃO	1

Fonte: Elaboração própria**Quadro 16 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica e Educação.**

Quadro 16	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	25
EDUCAÇÃO	11

Fonte: Elaboração própria**Quadro 17 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico e Educação.**

Quadro 17	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	28
EDUCAÇÃO	14

Fonte: Elaboração própria

Quadro 18 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico e Educação.

Quadro 18	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	0
EDUCAÇÃO	0

Fonte: Elaboração própria

Neste Repositório duas dissertações foram objeto do estudo, seguem:

- Uma inclusão nada especial: apropriação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na Rede Pública de Educação Fundamental do Estado de São Paulo. Carla Biancha Angelucci, 2002 – USP – São Paulo.
- Projeto Político Pedagógico: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro. Mariana Roveroni Breda, 2015 – USP – São Paulo.

c) **Repositório Institucional da UFSCar:** a pesquisa foi realizada por meio eletrônico, sendo o levantamento dos dados apresentados da seguinte forma:

Quadro 19 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 19	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.850
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111

Fonte: Elaboração própria

Quadro 20- Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 20	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	897
EDUCAÇÃO	50
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	41

CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	40
DISSERTAÇÃO	24

Fonte: Elaboração própria

Quadro 21 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 21	
NECESSIDADES ESPECIAIS	1.733
EDUCAÇÃO	37
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	35
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	34
DISSERTAÇÃO	20

Fonte: Elaboração própria

Quadro 22 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 22	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	9.306
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111

Fonte: Elaboração própria

Quadro 23 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 23	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.344
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111

Fonte: Elaboração própria

Quadro 24- Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 24	
PLANO DE GESTÃO	9.308
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111

Fonte: Elaboração própria

Quadro 25 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 25	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	1.995
EDUCAÇÃO	71
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	68
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	66
DISSERTAÇÃO	44

Fonte: Elaboração própria

Quadro 26- Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 26	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	3.766
EDUCAÇÃO	90
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	80
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	70
DISSERTAÇÃO	55

Fonte: Elaboração própria

Quadro 27 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas – Educação e Dissertação.

Quadro 27	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
EDUCAÇÃO	

Fonte: Elaboração própria

No Repositório desta Universidade não teve nenhuma tese ou dissertação que fosse ao encontro do objeto deste estudo.

- d) **Biblioteca Digital da UNICAMP:** a pesquisa foi realizada por meio eletrônico, sendo o levantamento dos dados apresentados da seguinte forma:

Quadro 28- Teses e Dissertações: Educação Especial, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 28	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	32.511
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22

Fonte: Elaboração própria

Quadro 29 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 29	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	6.467
EDUCAÇÃO	203
POLÍTICAS PÚBLICAS	10

Fonte: Elaboração própria

Quadro 30 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 30	
NECESSIDADES ESPECIAIS	10.721
EDUCAÇÃO	105
POLÍTICAS PÚBLICAS	71

Fonte: Elaboração própria

Quadro 31 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 31	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	139.775

Fonte: Elaboração própria

Nenhuma tese ou dissertação foram encontradas com esse descritor, foram localizados 4.010 artigos periódicos, 9 cartas, 5 editoriais, 3 artigos, 1 artigo de evento, e 1 resenha.

Quadro 32 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 32	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	76.821
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22
*Todas teses	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 33 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 33	
PLANO DE GESTÃO	139.775
EDUCAÇÃO	562
POLÍTICAS PÚBLICAS	19

Fonte: Elaboração própria

Quadro 34 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 34	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	10.689
EDUCAÇÃO	192
POLÍTICAS PÚBLICAS	89

Fonte: Elaboração própria

Quadro 35- Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 35	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	13.230
EDUCAÇÃO	216
POLÍTICAS PÚBLICAS	159

Fonte: Elaboração própria

Quadro 36- Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Educação e Políticas Públicas.

Quadro 36	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	122.512
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22

Fonte: Elaboração própria

Na Biblioteca Digital da UNICAMP, não foram encontradas teses e dissertações a respeito da temática em pauta.

- e) **Repositório Institucional da UNIFESP:** a pesquisa foi realizada por meio eletrônico, importante colocar que foram pesquisadas através das palavras Mestrado e Criança/Adolescente, pois no repositório não refinava a busca de outra maneira, apesar do número de pesquisas, a maior parte delas encontram-se na área da Saúde e não da Educação, distribuídas entre Medicina,

Fonoaudiologia, Nutrição e Enfermagem, constituindo as questões fisiológicas, sendo o levantamento dos dados apresentados da seguinte forma:

Quadro 37 - Teses e Dissertações: Educação Especial, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 37	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	7.632
MESTRADO	1.414
CRIANÇA/ADOLESCENTE	48

Fonte: Elaboração própria

Quadro 38 - Teses e Dissertações: Atendimento Educacional Especializado, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 38	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	3.168
MESTRADO	928
CRIANÇA/ADOLESCENTE	49

Fonte: Elaboração própria

Quadro 39 - Teses e Dissertações: Necessidades Especiais, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 39	
NECESSIDADES ESPECIAIS	4.689
MESTRADO	1.257
CRIANÇA/ADOLESCENTE	43

Fonte: Elaboração própria

Quadro 40 - Teses e Dissertações: Inclusão de Deficientes, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 40	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	38.951
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	59

Fonte: Elaboração própria

Quadro 41 - Teses e Dissertações: Educação Especial na Educação Básica, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 41	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.836
MESTRADO	4.532
CRIANÇA/ADOLESCENTE	169

Fonte: Elaboração própria

Quadro 42 - Teses e Dissertações: Plano de Gestão, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 42	
PLANO DE GESTÃO	38.951
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	175

Fonte: Elaboração própria

Quadro 43 - Teses e Dissertações: Proposta Pedagógica, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 43	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	2.923
MESTRADO	870
CRIANÇA/ADOLESCENTE	37

Fonte: Elaboração própria

Quadro 44 - Teses e Dissertações: Projeto Político Pedagógico, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 44	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	3.182
MESTRADO	1.020
CRIANÇA/ADOLESCENTE	39

Fonte: Elaboração própria

Quadro 45 - Teses e Dissertações: Educação Especial e Projeto Político Pedagógico, Mestrado e Criança/Adolescente.

Quadro 45	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	30.666
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	59

Fonte: Elaboração própria

Nenhuma dissertação ou tese foram encontradas no Repositório Institucional da UNIFESP, que estivessem relacionadas ao objeto de estudo.

O procedimento para a busca de Teses e Dissertações foi primeiramente, por meio de palavras-chave conforme disponibilidade de cada repositório.

A leitura dos resumos apontou para duas Dissertações da UNESP e duas da USP conforme a seguir:

- Representações Sociais de Professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: A escola em movimento. Maria Paula Pereira Scavoni, 2016 – UNESP – Marília.
- Análise Do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva. Flávia Danieli de Souza, 2009 – UNESP – Marília.
- Projeto Político Pedagógico: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro. Mariana Roveroni Breda, 2015 – USP – São Paulo.
- Uma inclusão nada especial: Apropriação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na Rede Pública de Educação Fundamental do Estado de São Paulo. Carla Biancha Angelucci, 2002 – USP – São Paulo.

Para organização das informações foi elaborado uma Ficha de Acompanhamento (**Apêndice A, B, C e D**), com o título, ano de defesa, autor, universidade/campus, programa de pós-graduação, palavras-chave e resumo. No entanto, ao realizar a leitura integral das mesmas, verificou-se que apenas duas dissertações correspondiam aos objetivos do presente estudo, sendo elas:

- *Representações Sociais de Professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: A escola em movimento.* Maria Paula Pereira Scavoni, 2016 – UNESP – Marília.
- *Análise Do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva.* Flávia Danieli de Souza, 2009 – UNESP – Marília.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram apresentados mediante três categorias, sendo elas:

- Como a Educação Especial está contemplada nessas produções: Aportes Teóricos e Políticas Públicas utilizadas.
- Como o Projeto Político Pedagógico está contemplado nos Aportes Teóricos e Políticas Públicas e qual seu olhar diante da Educação Especial.
- As contribuições que essas produções trouxeram para a Educação Especial e ao Projeto Político Pedagógico

Para essa apresentação os estudos foram nomeados em P1, P2, contemplando uma discussão das três categorias assinaladas acima:

P1- Representações Sociais de Professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico

A autora apresentou um estudo a partir da LDB 9394/96 e realizou uma análise das representações sociais a partir de autores como Moscovici (1976), Castorina (2013), Lane (1993), entre outros.

Scavoni (2016) retrata em sua pesquisa uma abordagem das relações sociais que permeiam o ambiente escolar, para posteriormente adentrar diretamente sobre a inclusão, sendo que o objetivo do seu trabalho é justamente verificar as representações sociais no que diz respeito a inclusão e o projeto político pedagógico.

A autora não discorre sobre políticas públicas de forma específica, apenas coloca de forma genérica sobre “políticas de caráter inclusivo e democrático”, e menciona apenas a LDB como legislação.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico, cita Veiga (2003) sobre a atividade regulatória e emancipatória do PPP, Vasconcellos (2009), que discorre sobre o PPP, sendo que “seu caráter inclusivo não se restringe ao público que acolhe”, mas que deve ser embasado na organização do trabalho democrático.

Scavoni (2016) conversa em seu trabalho sobre a inclusão e o PPP concomitantemente, não faz abordagem sobre as políticas públicas sobre os temas supracitados, apenas cita os artigos da LDB que tratam sobre o PP, sendo os artigos 13 e

14 e menciona o artigo 15 sobre a “autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Faz algumas pontuações de acordo com Zanata (2014) sobre o fazer político inclusivo, o planejamento coletivo do PPP e “o envolvimento dos professores, escolares, pais, gestores, funcionários e a comunidade”.

A pesquisa foi realizada em uma escola do sistema municipal e teve como objetivo investigar as representações sociais dos professores em relação ao PPP. Deu-se por meio de grupo focal e análise do Projeto Pedagógico – Quadriênio 2012/2015, dividida em duas categorias, sendo o contexto político e o contexto pedagógico. Teve principal aporte teórico Moscovici (2003) e apresentou como contribuição considerar como central a postura política e pedagógica da docência e sua participação no Projeto Político Pedagógico para uma educação de qualidade.

P2- Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva

Primeiramente, Souza (2009) realiza uma abordagem sobre o liberalismo segundo Castanho (2003), Dalarosa (2003), Macedo (1997), Orso (2003) e Santana (1996), sequencialmente a autora faz uma abordagem sobre a implantação da ideologia neoliberal de acordo com Carcanholo (1998), Morrow e Torres (2003).

Após essa explanação, Souza (2009) pontua sobre a questão da educação de pessoas com deficiência seguida de Patto (1990) e Angelucci (2006). Como principais aportes teóricos sobre educação especial Mantoan (2006), Del Masso e Araújo (2008), Poker (2002), Ferreira; Ferreira (2004) e Kassari; Arruda; Benatti (2007).

A autora faz uma abordagem histórica de algumas políticas públicas, que contribuíram para a regulamentação da educação especial desde a LDB nº 4024/61, Declaração dos Direitos Humanos 1948, a Constituição de 1988, LDB nº 9394/96, o Documento Subsidiário a Política de Inclusão 2005 e o Parecer CNE/CEB nº 17/2001.

Aborda autores que versam sobre o Projeto Político Pedagógico cita Veiga (1995, 2003) sobre a atividade regulatória e emancipatória do PPP, Santiago (2001) como documento articulador das tomadas de decisões e organizador de atividades.

Foi analisado o PPP de quatro escolas públicas municipais do Ensino Fundamental de Marília, interior paulista, as quais a seleção se deu devido a matrícula de alunos com deficiências. Esta análise teve como objetivo verificar o movimento das novas políticas de inclusão.

Como contribuição, a autora coloca que apesar das legislações abrirem caminho para as práticas educativas inclusivas, é necessário um esforço coletivo, dessa forma o principal meio para que isto seja efetivado dar-se-á com o PPP, documento que tem autonomia para diversificar e flexibilizar a prática pedagógica, com iniciativas da implementação de uma política de educação inclusiva e promover o desenvolvimento de compensação de desigualdades.

Quadro 46 – Aportes Teóricos e Políticas Públicas das Produções.

	Aportes Teóricos – PPP	Aportes Teóricos – Educação Especial	Ações e Programas Governamentais – PPP	Ações e Programas Governamentais – Educação Especial	PPP e Educação Especial
P1 Souza (2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Sousa (2001) • Monfredini (2002) • Veiga (1995 e 2003) • Aranha (2004) • Santiago (1995 e 2001) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mazzotta (1995) • Jannuzzi (2004) • Cury (2005) • Vieira (2001) • Guhur (2003) • Omote (2008) • Mantoan (2006) • Delmasso e Araújo (2008) • Poker (2002) 	<ul style="list-style-type: none"> • LDB 9394/96 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal 1824 • LDB 4024/61 • Constituição Federal 1946 • LDB 71 • Constituição Federal 1988 • Doc. Sec. Ed. Inclusão (2005) 	
	Aportes Teóricos – PPP	Aportes Teóricos – Educação Especial	Ações e Programas Governamentais – PPP	Ações e Programas Governamentais – Educação Especial	PPP e Educação Especial
	<ul style="list-style-type: none"> • Veiga (1993, 1991 e 1995) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mendes (2006) 	<ul style="list-style-type: none"> • LDB 9494/96 		<ul style="list-style-type: none"> • Zanata (2014)

P2 Scavoni (20016)	<ul style="list-style-type: none"> • Sacristan (2000) • Souza (2009) • Vasconcellos (2009) • Garcia (2006) 	<ul style="list-style-type: none"> • Michels (2006) • Laplane (2007) 			<ul style="list-style-type: none"> • Vasconcellos (2009)
	A autora faz uma abordagem sobre as representações sociais, segundo os autores: Wagner (1998), Sá (1993), Moscovici (1981), Castorina (2013), Lane (1993), Abric (2000).				

Fonte: Elaboração própria

Quadro 47 – Objetivos das Produções.

	Objetivos
P1 – Souza (2006)	Avaliar como o movimento político pedagógico em relação ao processo de inclusão está sendo encaminhado, partindo do estudo do PPP e dos dados informativos dos alunos com deficiências.
	Objetivos
P2 – Scavoni (2016)	Investigar as representações sociais de professores de uma escola pública e o projeto político pedagógico no que diz respeito à inclusão escolar, formação docente e gestão.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 48 - Caminhos Metodológicos das produções

	Metodologia
	Análise documental

P1 – Souza (2006)	
P2 – Scavoni (2016)	Metodologia
	Grupo Focal

Fonte: Elaboração própria

Quadro 49 – Contribuições das Produções.

P1 – Souza (2006)	<p>Utilizar o PPP como instrumento de possibilidade de modificações, uma vez que há algumas iniciativas que permitam desenvolver uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todo e qualquer aluno, independentemente de ter ou não necessidade educacional especial.</p> <p>Através da elaboração do PPP, oferecer subsídios aos profissionais da educação para que reflitam em propostas que assegurem o desenvolvimento de um ensino de qualidade para todos.</p>
P2 – Scavoni (2016)	<p>As representações sociais de professores acerca da inclusão escolar e as políticas públicas inclusivas delineadas, como consequência de novos contornos para a formação de professores e gestão das escolas, contribuindo na geração de representações, no que se refere a inclusão que permeia o PPP.</p> <p>Através das discussões dos grupos focais aprofundamento do conhecimento sobre inclusão e utilização de diretrizes legais e políticas para demarcar o princípio inclusivo.</p>

	Relevância do trabalho através de representações sociais para o movimento de políticas inclusivas conceituáveis pela escola e assim dar centralidade à realidade social local na construção do PPP
--	--

Fonte: Elaboração própria

6.1 Discussão dos Resultados

Scavoni (2016) coloca sobre a escola justa, essa locação que vem ao encontro do pensamento de Mantoan (2006), pontuando a educação inclusiva como mérito do aprofundamento da questão da justiça, sendo a escola justa e almejada, sustentada exclusivamente por todos terem o mesmo direito, e sobre o PPP e a educação especial, no sentido de romper as demandas meramente burocráticas, observa-se que a autora dialoga com Mantoan (2003) na mesma direção.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. (MANTOAN, 2003, p.32)

Scavoni (2016) apresenta em seu trabalho uma crítica das políticas, sendo realizadas apenas no sentido de promoção de igualdade de direitos, no entanto não contribuem de fato para redução do processo de inclusão. A autora cita Michels (2006), que considera a efetivação da escola inclusiva, sendo como principal instrumento a formação docente e a gestão da escola para que contemple o acesso e a permanência com qualidade para todos. Prossegue em sua pesquisa com Mitller (2003), que alude sobre o compromisso de inclusão, que em sua maioria deve promover a busca da qualidade, sendo que este processo deve perpassar através da organização da escola e no seu PPP, considera este documento responsável pela construção das práticas inclusivas, possibilitando a identidade e a instrumentalização para romper práticas excludentes.

Porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se

desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30)

A autora trata sobre a importância das representações sociais na constituição da cultura da escola, a relação do trabalho coletivo e organizado por meio do PPP, fazendo uma análise dos eixos investigados da inclusão escolar, a formação docente e gestão e a relação articulada entre esses sujeitos e o PPP.

Nesse contexto, o PPP assume um importante papel para o favorecimento da inclusão escolar. Conforme Vasconcellos (2000), citado pela autora, o documento permite a reflexão sobre a função da escola na formação de cidadãos críticos e responsáveis para atuarem na sociedade. Apresenta a proposta de ação concreta para realização desses desejos da comunidade escola e assim define os meios educativos necessários para tal fim.

O PPP se materializará, conforme Vasconcellos (2009), no estabelecimento de um marco referencial, em que a escola reflete sobre o seu contexto situacional, sobre a sua orientação político-filosófica e sobre o que pretende alcançar enquanto espaço de formação humana; na constituição de um diagnóstico da realidade escolar, em que se identificam os problemas mais relevantes para a comunidade os quais necessitam de intervenção; e no estabelecimento de uma programação referente a um conjunto de ações que visam a resolução de problemas e da superação das dificuldades identificadas. Em todas essas etapas, o compromisso com a educação especial na perspectiva da inclusão deverá ser afirmado.

Sob essa ótica Poker (2002), discorre sobre a educação inclusiva de modo a “[...] fazer valer o direito dos sujeitos destoantes, diferentes do meio escolar, ou seja, alunos com necessidades educacionais especiais [...]” e dessa forma assumir “[...] uma proposta emancipatória do projeto político pedagógico, que passa por construir uma prática pedagógica de inclusão, requer, entre outros elementos, que os educadores e a equipe pedagógica conheçam a realidade social em que atuam [...]”.

Veiga (2001) afirma que construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico

Diante do exposto nota-se que Souza (2009), quando trata sobre do PPP, há um distanciamento conforme explanado por Mantoan (2003). No entanto, quando as autoras discorrem sobre a educação especial diante da inclusão, atina-se que tratam de forma semelhantes e complementares.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2003, p.51)

Ao dialogar sobre a escola para equidade pensada no atendimento de todos, volta-se o olhar para o PPP e assim nesse sentido, Veiga (2010), pontua que este documento exige o compromisso ético e político, sendo articulado com o interesse de todos, sendo uma proposta para formar a unidade como prática social e intencional.

Diante do exposto, Poker (2002) pontua que deve estar afirmado no PPP a garantia do acesso aos diferentes meios que a escola oferece para todos da mesma maneira, sendo este o princípio da equidade, ou seja, a garantia não apenas do conhecimento, mas sim de oportunidade do trabalho para a diversidade, a escola inclusiva se dá por meio da dialogia e do currículo diversificado, sendo o PPP uma construção política pela construção da educação para todos.

Souza (2009) dialoga com Veiga (2003) no sentido de destacar a construção do PPP como prática instituída legalmente, e a sua elaboração como instrumento que confere a escola a autonomia para direcionar suas práticas para o atendimento e garantia da aprendizagem para todo os alunos. As autoras comungam ainda no sentido do PPP possibilitar a forma de organização do trabalho, na busca de romper com práticas excludentes que permeiam as relações escolares e por não ser um documento finalizado, sempre que necessário pode ser revisitado e modelado conforme a demanda das necessidades vivenciadas pela escola num dado momento.

Veiga (2010) discorre sobre o PPP e sua projeção com todos os envolvidos no processo educativo, dessa forma afirma sobre a sensibilidade dessa construção no que se refere aos anseios da comunidade, sua lógica emancipadora e os delineamentos ao longo desse processo.

Porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se

desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30)

Mantoan (2003) pontua que algumas mudanças fundamentais para escola como, recriação do modelo educativo escolar que tenha como essência o ensino para todos, reorganização pedagógica da escola, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por todos que nela atuam, em um ensino que não segrega, formação continuada e aprimoramento que valoriza o docente para que esse tenha motivação para ensinar a todos.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! (Mantoan, 2003, p.91)

É nesse caminhar que o referido PPP prevê proposições relevantes para o atendimento do aluno com deficiência, a proposta pedagógica de acessibilidade revela-se como um conjunto de estratégias e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para subsidiar, complementar, suplementar e garantir a escolarização ao promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam deficiências. Nesse sentido Garcia (2003), afirma que construir um projeto político pedagógico, numa perspectiva inclusiva, exige:

[...] reorientar radicalmente o currículo, em todos os seus aspectos, desde a organização das turmas, a escolha de cada professor ou professora para cada grupo de alunos, o horário de aula, a seleção dos conteúdos culturais que na escola ganham o nome de conteúdos pedagógicos, a escolha dos materiais didáticos, das metodologias e didáticas, ao tipo de relação que se dão na sala de aula e no espaço fora da sala de aula, a relação da escola com as famílias dos alunos e com a comunidade circundante e até a repensar a avaliação em suas conseqüências nas vidas dos alunos. A reorientação curricular leva a um novo projeto político pedagógico orientado por uma visão intercultural que acolha todas as etnias, contribuindo assim para que a escola se torne efetivamente uma escola inclusiva, sintonizada com um projeto de sociedade mais democrática e, portanto inclusiva. (GARCIA, 2003, p.8)

Sob a ótica da política educacional de inclusão de alunos com necessidades especiais, Poker (2007) retrata que a “[...] política atual defende e aponta de forma explícita a inclusão escolar. Isso pode ser constatado pela legislação nacional que sustenta e subsidia a organização dos sistemas educacionais do país”. A autora comunga, trata das políticas educacionais inclusivas, são apresentadas de maneira subjetiva o que acarreta a

exclusão dos alunos dentro das escolas, e para ratificar o exposto Poker (2007), afirma que:

Por conta disso, quando surge a discussão sobre a inclusão, a primeira questão que deveria ser tratada é a exclusão social e econômica. Até 1990, só os alunos com deficiência eram explicitamente excluídos do sistema regular de ensino. Depois, constatou-se que a escola utiliza também de forma implícita o mecanismo de exclusão com todos aqueles que não se enquadram no modelo de aluno idealizado por ela, ou seja, excluía o alunado das classes sociais menos favorecidas. (POKER, 2007, p.10)

Mantoan (2003), ao abordar sobre os impasses da legislação, vem ao encontro do exposto acima.

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são, do meu ponto de vista, grandes barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar, fazendo retroceder, por sua vez, as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas de muitos impasses da legislação. (MANTOAN, 2003, p. 3)

Sob essa ótica, pontua a primazia do PPP apresentar o as formas de atendimento aos alunos com deficiências, e em sua essência o compromisso político e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo mapear e identificar as teses e dissertações das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, nas quais, o Projeto Político Pedagógico se consigna às recomendações legais da Educação Especial.

Desse modo, o presente estudo apontou algumas políticas públicas de maior relevância a respeito do Projeto Político Pedagógico e da Educação Especial, bem como citação de estudiosos de ambas as áreas.

A aproximação desses dois campos de estudo: o PPP e a Educação Especial, mostra-se de grande importância para se refletir sobre o acesso dos alunos com deficiência e a função social da escola, que constituirá em mudanças e inovações na concepção do coletivo escolar, implicando em uma gestão mais democrática, justa e igualitária.

O PPP configura-se como medida fundamental para a expressão da identidade dos alunos, professores, pais e da própria escola, sendo este pendente da autonomia pedagógica e administrativa, representando em sua essência a ação democrática. Para a sua contextualização, utilizou-se de algumas leis que norteiam a educação especial a partir da LDB 4024/61, até os documentos mais recentes. Também, apontou alguns aportes teóricos dentando-se a importância da realização de um PPP articulado com a sua comunidade escolar para atender aos princípios da educação inclusiva, principalmente, em se tratando do alunado da Educação Especial.

Para a análise do presente estudo, os dados foram organizados de acordo com as categorias: Como a Educação Especial está contemplada nessas produções e as contribuições que essas produções trouxeram para a Educação Especial e ao Projeto Político Pedagógico. Neste sentido, os resultados apontaram apenas para 2 produções: a de Scavoni (2016) e a de Souza (2009).

Souza (2009) trata da inclusão dos alunos com deficiência e da sua relação com o PPP, analisando as diferenças e semelhanças entre as propostas pedagógicas de quatro escolas e conclui não haver proposições para que sejam garantidos os direitos desses alunos e que as mesmas enfrentam dificuldades para garantir que todos tenham acesso a aprendizagem com equidade. A autora ainda coloca que as propostas pedagógicas necessitam ser construídas com clareza com base em proposições assumidas pelo coletivo em decorrência da análise da realidade escolar. Finaliza com o argumento de que a escola tem autonomia para diversificar e flexibilizar sua proposta, com práticas fundamentadas em uma política de educação inclusiva.

Scavoni (2016) realizou uma pesquisa voltada no preparo do professor em relação a educação especial e o PPP oferecendo uma proposta de formação analisando seus conhecimentos antes e após a proposta, visando o fortalecimento de princípios inclusivos. Concluiu argumentando a falta de cursos de formação continuada para os professores, tomando por base, os conhecimentos iniciais extraídos dos professores. Apresentou que não tinham conhecimento da elaboração do PPP e da própria participação deles nesse processo e tampouco de que a educação especial deveria estar contemplada nesse documento. Argumenta que após essa breve formação, possibilitou, aos seus participantes, novas perspectivas de ação pedagógica em relação as suas representações sociais no que se refere a construção coletiva desse documento e a importância de a Educação Especial ser contemplada no mesmo, uma vez que perpassa todos os níveis da educação e ser garantida como um princípio democrático e igualitário aos alunos que dela necessitarem.

Diante dessas duas produções evidencia-se a relevância da formação continuada de professores e gestores que versem sobre a divulgação e democratização dos conhecimentos voltados para as ações escolares. Neste sentido, destacamos aqui o PPP que é um documento que delinea e orienta a prática pedagógica devendo ser construído juntamente com a comunidade escolar, acreditando, portanto, que um projeto coletivo é capaz de gerar um cidadão mais crítico, participativo, com responsabilidade e maior envolvimento educativo.

Enquanto diretora de escola pública da Rede Estadual, o estudo foi de suma importância para minha experiência profissional no sentido de me aprofundar nessa temática e refletir sobre as propostas educacionais como um todo e principalmente, em contemplar a Educação Especial no PPP, com vistas a trazer contribuições mais efetivas para a comunidade escolar em que atuo.

Apesar dos documentos oficiais apontarem que o PPP deve ser articulado juntamente com a comunidade, as pesquisas, bem como a minha vivência como gestora, mostram que ainda é pouco conhecido no contexto escolar. Pois, ao elaborar esse documento pela primeira vez na unidade sob minha responsabilidade, isso, ficou perceptível pelos comentários dos professores, corroborando assim, com o que foi encontrado nessas pesquisas. Constata-se, portanto, uma precariedade de cursos de formação continuada e de capacitação dos profissionais do magistério, principalmente, dos professores, no conhecimento das leis que emanam sobre seus direitos e deveres, carecendo de modelos referenciais em relação às normas instituídas. Essa desconexão,

não lhes possibilitam exigir que as autoridades competentes assumam as responsabilidades que lhe são de direito, deixando de buscar caminhos que permitam a produção de conhecimentos coletivo e transformar o universo escolar.

Diante do contexto social e democrático, onde as ações da educação especial caminham para o fortalecimento do processo inclusivo e eliminando barreiras que impedem o acesso dos alunos com deficiência no ensino regular, exige-se ações pedagógicas dinâmicas e heterogêneas, com condições estruturais que leve em conta as diferenças de qualquer ordem. Apontamos também, como de crucial importância a formação continuada do professor e o aperfeiçoamento de sua prática pedagógica para atender esses alunos de forma qualificada e justa, conforme apontado nos documentos legais.

A pesquisa realizada por Souza, nos mostra que nos PPPs analisados não apresentavam como se dá o atendimento aos alunos com deficiências e sequer, havia menção sobre os direcionamentos ou aprendizagem desses alunos, considerando, portanto, apenas um documento de caráter burocrático, não apresentando em seu cerne, ações democráticas.

O nosso olhar sobre o conjunto dos documentos expedidos pelos órgãos governamentais oferece clareza sobre o atendimento educacional especializado nas escolas e apresentam orientações voltadas para a educação especial. No entanto, as medidas para a garantia de um sistema igualitário e com equidade demonstra no cotidiano escolar, ficar à mercê do que é apregoado por eles, especificamente ao PPP as discussões que devem permear em todos os segmentos, ainda há embates relacionados a organização das unidades escolares.

Conforme pontuado a precariedade em relação a formação continuada dos professores, destaca-se a importância do estímulo à crítica e o processo de formação docente, assim considerando o pensamento de Adorno (2002, p. 81), que ao referir-se à crítica da cultura, afirma “[...] o crítico da cultura não está satisfeito com a cultura, mas deve unicamente a ela esse seu mal-estar.” Como também, a importância de se analisar a cultura, que contraditoriamente contém tanto as causas da dominação quanto da emancipação dos indivíduos, em um movimento dialético proporcionado pelas experiências da educação em prol da formação emancipatória de professores.

Os desafios postos à formação de professores no processo de inclusão escolar, ressaltando o quanto os professores se sentem despreparados em sua prática docente no

enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência (GIROTO & CASTRO, 2011).

Por mais que aconteça o alargamento da sensibilidade, do compromisso ético, da responsabilidade social com a educação inclusiva, bem como a democratização da escola pública ainda assim estes são insuficientes, uma vez que, os aspectos principais se voltam à organização das escolas dos meios técnicos. Quanto a isso, estudos de Costa (2005), despontam que o sistema regular de ensino também não atende às diferenças de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Segundo Adorno (2008), a ação educacional é capaz de criar e manter uma sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças, mesmo quando a educação considerada ideal estiver limitada e condicionada a uma realidade nada promissora, a escola como instituição é capaz de formar o homem não dominado, pleno de autonomia de pensamento e ação em todas as instâncias da vida social.

Assim, a escola, em sua função social, poderá contribuir para autonomia da educação dos alunos com e sem deficiência, posto que não somente a possibilidade objetiva, mas também a capacidade subjetiva da autonomia somente se dá na liberdade, como é possível proceder do pensamento de Adorno.

A inclusão dos alunos com deficiência demanda uma formação para além da reprodução de modelos pedagógicos, no sentido de possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos por meio da reflexão e autonomia, partindo das atitudes dos professores, sendo o maior desafio da educação inclusiva.

Sob essa ótica Adorno (1995, p. 189), afirmar que “[...] somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento e vice-versa.”

Diante do exposto cabe ressaltar a importância de avaliar os impactos das políticas públicas de educação especial e inclusão escolar para além da matrícula, visto que a falta de preparação para lidar com alunos com deficiência, destaca-se a necessidade da identificação e superação das barreiras atitudinais docentes, pedagógicas, curriculares e arquitetônicas que ainda permitem a segregação na escola pública, dificuldades essas que

se contrapõem à educação inclusiva emanada da sociedade, isso é, uma educação democrática, política e de qualidade social.

Dessa forma, Costa (2005, p. 91), pontua sobre “[...] a urgência por uma educação democrática parece se constituir como alternativa para a superação da deficiência como obstáculo para o acesso e permanência na escola pública dos alunos e na possibilidade de se organizar uma sociedade justa e humana”. Por conseguinte, em relação à educação dos alunos com deficiência, observa-se o fortalecimento da educação inclusiva e de movimentos de combate ao preconceito contra àqueles denominados ‘especiais’, considerando-se que a educação, segundo Adorno (2000, p.141-142) é, antes de tudo, esclarecimento e o desenvolvimento de uma consciência verdadeira.

As pesquisas analisadas trouxeram subsídios significativos ao se tratar da Educação Especial e do PPP e também dos aportes teóricos voltados para essa temática.

Ressalta-se a importância do direcionamento da legislação em ações exequíveis dentro das Unidades Escolares, acoplados a estudos teóricos que apontam para a Educação Especial e o Projeto Político Pedagógico com vistas a construir uma cultura educacional inclusiva, proporcionando a todos os alunos uma participação efetiva do processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: A fundamentação filosófica**. V.1 Brasília: Ministério da educação/Secretaria da educação especial 2004.

ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: Transformação social e teórica ou retórica**. In Omote, S. (org.) *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004 p.37-60.

ARANHA, M.S.F. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: Direito à Diversidade: A escola** V.3. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, 2004.

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola – Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola**. Visão Histórica. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.

BEYER, H. O. A proposta da educação inclusiva: contribuições da abordagem vygotskiana e da experiência alemã. **Revista Brasileira de Educação Especial**: Marília, v. 9, n. 2, p. 163-180. jul-dez 2006.

BRASIL, **Lei 9394/96, 20 dez.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31.dez.1996.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional**.Brasília, DF. 1961.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Dispõe sobre as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF. 1971.

BRASIL, Lei nº10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF. 2000.

BRASIL, **Ministério da Educação. Política de Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=253&Itemid=86 >Acesso em 15 dez.2017b.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF, 7 DE ABRIL DE 1998.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 3.298/99. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília – DF. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. LEI Nº 10.172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília – DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf. 2001.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília – DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de educação. **Parecer nº17/2001 de 03 de julho de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03. Jul. 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº.2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14. set. 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília – DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Inclusiva: direito à diversidade. **Documento Orientador**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Departamento de Política da Educação Especial Coordenação Geral de Articulação da Política de Inclusão. Brasília – DF, 2015. 63p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. 2004. MEC/SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Avaliação para identificação das Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
BRASIL. **Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº.555/2007, prorrogada pela portaria nº. 948/2007**, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008a.

BRASIL. Parecer 04/98. Ministério da Educação e do Desporto/ Conselho Nacional de Educação Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – Brasília. 1998.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 (*) **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília – DF. 2010.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 21 jun. 2001. 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Senado Federal. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília – DF. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

BRASIL. Senado Federal. DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Brasília – DF. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm.

BEYER, H.O. A proposta da educação inclusiva: contribuições da abordagem vygotskiana e da experiência alemã. Revista Brasileira de Educação Especial: Marília, v.9, n.2, p.163-180. jul-dez 2006.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. In: VEIGA, Ilma Passos A. (ORG.) **Projeto Político Pedagógico da escola**. Uma construção Possível. 4ª Edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

DEL MASSO, M.C.S; Araújo, R.C.T. Necessidades educacionais especiais. In: Oliveira, A.A.S.; Omote, S.; Giroto, C.R.M. (Orgs.) **Inclusão Escolar**: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe Editora, 2008.

DRAGO, R; OLIVEIRA, A. G. O; SILVEIRA, L. V; RODRIGUES, P. S; DIAS, I. R. Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar: um diálogo Possível. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**. Vitória, v.6. jan/jun. 2010 p.126-145.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: LAPLANE, A. L. F. de; GÓES, M. C. R. de. **Políticas e práticas da educação inclusiva**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 21-48.

FERREIRA, M.C.C., Ferreira J.R. Sobre inclusão, Políticas públicas e práticas pedagógicas. In: Góes, M.C.R.; Laplane, A.L.F. (orgs.) **Políticas e práticas de educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.21-48.

FRANÇA, L. **Projeto político pedagógico (PPP)**. mimeo. 2016.

GADOTTI, M. **Projeto político pedagógico da escola**: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 2001, p.33-41.

GARCIA, R. I., **Desafios de uma escola que tenta incluir numa sociedade excludente**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. Anais. UFSC, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010

GONZALES J.A.T. **Educação e Diversidade**: Base Didáticas e Organizacionais. Tradução Ermani Rosa. Porto Alegre. Artmed 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE n. 149/2016** de dezembro de 2016. Diário Oficial Poder Executivo – Seção I – Gabinete da Secretaria. 9 de dezembro de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE n. 68/2007** de junho de 2007. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_autismo/aut_legis/deliber_68_07.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Indicação **CEE N° 8/2001** de junho de 2007. Disponível em: <http://www.sieeesp.org.br/uploads/sieeesp/arquivos/indicacao/Indicacao%20CEE%20N%C2%BA%2008-01%20-%20Diretrizes%20curriculares%20para%20o%20Ensino%20Fundamental%20no%20Sistema%20de%20Ensino.pdf>.

LOPES, R.P. **Pedagogia e emancipação**. São Paulo: Olho d'água 2000.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

Ludke e André (1986 LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**. São Paulo. Sumus, 2006. P.15-30

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

MANTOAN, M.T.E. O direito de ser sendo diferente na escola. In: RODRIGUES, D.(Org.). **Inclusão e educação**: Doze Olhares sobre educação. São Paulo: Summus, 2006. P.184-209.

MANTOAN, M.T.E. Uma escola de todos para todos: o mote da inclusão, In Stobaus, C.D.; Mosquera, J.J.M (Org). **Educação Especial**: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2003, p.27-40

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RESOLUÇÃO. Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. DF, 13 de julho de 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. RESOLUÇÃO Nº 7 de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial, Brasília, DF, 14 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. 2010.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação Inclusiva e Municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.8, n.2, p. 233-244, 2002.

OLIVEIRA, A. A. S; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-24. out./dez.2007.

OLIVEIRA, A.A.S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma escola inclusiva. In: OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 77-112.

OLIVEIRA, A.S.; LEITE, L.P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.15, n.57, p.511-524, out-dez, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/B4gkC4>. Acesso em 30 jan.2017.

OLIVEIRA, I. S. **O Projeto Político Pedagógico no ensino superior**: CPIFE/UFG. 2000 Tese. 2000. 205 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

OMOTE, S. Diversidade, Educação e sociedade inclusiva. In: OLIVEIRA, A.A.S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M. (Orgs.) **Inclusão escolar**: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 15-32.

OMOTE, S. et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paideia**.Ribeirão Preto: v. 15, n.32, p. 387-396. 2005.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Revista Perspectiva**: n. Especial. Florianópolis, v. 24, p. 251-272. jul.dez. 2008.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. **Revista Ponto de Vista**. Universidade de Santa Catarina, v.1, n.1, p.4-13, 1999.

PADILHA, P.R. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez Editora, 2003

PIMENTA, S. G. A construção de Projeto Político Pedagógico na escola. **Revista Idéias**. São Paulo, FDE, n.8, p. 17-24, 1990.

POKER, R B. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Aprender - **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Ano V, Nº 9, jul./dez. Especial: Dificuldades de Aprendizagem., p. 169-180, jul/dez 2007. ISSN 2359-26X. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4115/pdf_196>. Acesso em: 02 dec. 2018.

POKER, R B; TENDOLINI, E A. Implementação da educação inclusiva: análise do projeto político pedagógico das escolas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 342-354, mar. 2011. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3709>>. Acesso em: 02 dec. 2018. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.v5i3.3709>.

PRIETO, R. G. **Educação Escolar para Todos: um direito conquistado e não garantido**. In: BAUMEL, R.C.R.C. & SEMEGHINI, I. (orgs.). Integrar/Incluir. Desafio para a escola. São Paulo: FEUSP. 1998.

PRIETO, R. G. **Política de educação especial no Brasil: evolução das garantias legais**. Anais do XI Seminário Capixaba de educação Inclusiva. Vitória: PPGE/UFES,2008.

REYNAUD, Rose Margareth. **Projeto Político Pedagógico Escolar**: Instrumento de mudança ou a própria mudança? A Escola do Ceará, uma experiência a ser compartilhada. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2000.

SANTIAGO, A. R. F. Projeto Político Pedagógico da escola: Desafio à organização dos educadores. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. p. 157-178.

SANTIAGO, A. R. F. Projeto político-pedagógico e organização curricular: desafios de um novo paradigma. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (org.) **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.p. 141-174.

SOUSA, J. V. A identidade do sujeito social, ético e político e o projeto pedagógico da escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**: Novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001. p. 215- 237.

SOUZA, F.D. **Análise do Projeto Político-Pedagógico**: o movimento em direção a uma escola inclusiva. 2009. 158 f. (Mestrado em Educação na área de concentração: Educação Especial no Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. 2009.

UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. 1990. **Resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

VASCONCELLOS, C. D. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político –pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 12. Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA (1995 _____). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1995. p. 9-32. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Campinas: Cad. CEDES, v. 23, n. 61, dez. 2003. Acesso em: 09 de dezembro 2010.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 2011.

VEIGA, I. P. O. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1995. p. 11- 36.

VEIGA, I. P. Projeto Político-Pedagógico: Novas Trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico.** Campinas; Papyrus, 2001. p. 45-68.

VEIGA, I. P. Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A- FICHA DE ACOMPANHAMENTO P1

Título: <i>Representações Sociais de Professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: A escola em movimento</i>
Ano de defesa: 2016
Autor: Maria Paula Pereira Scavoni
Universidade/Campus: UNESP/Marília
Programa de Pós-graduação: Programa de Pós-graduação em Educação
Área de concentração:
Palavras-chave: Inclusão escolar. Representações Sociais. Escola. Projeto político-pedagógico. Educação Especial
<p>Resumo:</p> <p>A proposta da educação inclusiva, preconizada por declarações e legislações a partir dos anos de 1990, gera impactos diretos na configuração das escolas, em especial na formação de professores e na gestão. Porém, para que a escola seja de fato inclusiva, dependerá também de sua comunidade: de que maneira incorpora e modifica suas representações sociais, pois consideramos que os sujeitos interferem na edificação deste movimento tanto quanto o princípio legal. Considerando o potencial destes elementos da cultura escolar, tivemos como objetivo investigar as representações sociais de inclusão escolar, formação docente e gestão de professores de uma escola pública municipal do ensino fundamental – ciclo I, bem como sua relação com o projeto político pedagógico da escola. Para a coleta de dados com os professores, realizamos grupos focais; para dialogar com estes dados, o projeto político-pedagógico. Na análise de dados, definimos dois grandes contextos: político, envolvendo conceito, diretrizes e organização da escola e pedagógico, abarcando a figura e trabalho do professor, o contexto de sala de aula, o escolar e sua família. As representações sociais revelaram-se não lineares, sendo predominantemente voltadas às impossibilidades para a edificação de uma escola inclusiva, ao passo que no projeto político-pedagógico houve maior ênfase aos avanços e a um trabalho visando conquistas relativas à inclusão escolar. Tanto as representações mais quanto menos favoráveis associam a inclusão escolar ao público alvo da educação especial. A partir da Teoria das Representações</p>

Sociais, buscamos compreender as relações entre conceitos e vivências, tanto nos grupos focais quanto no projeto político-pedagógico, evidenciando os núcleos central e periférico das representações. Neste sentido, observamos o estabelecimento de uma relação quase direta entre o contexto político e a situação da inclusão escolar, sendo destinado pouco espaço para o contexto pedagógico na modificação desta realidade. É justamente nas representações menos frequentes que se é possível atuar para modificação da escola atual, visto que são maleáveis, valiosas para a construção de uma escola inclusiva, envolvendo a ressignificação de conceitos anteriores à temática da inclusão: a função e efetividade da escola e do ensino para todos os escolares.

APÊNDICE B – FICHA DE ACOMPANHAMENTO P2

Título: <i>Análise Do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva</i>
Ano de defesa: 2009
Autor: Flávia Danieli de Souza
Universidade/Campus: UNESP/Marília
Programa de Pós-graduação: Programa de Pós-graduação em Educação
Área de concentração:
Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Inclusão Escolar; Necessidades Educacionais Especiais; Organização Escolar.
<p>Resumo:</p> <p>A partir da década de 1990, o Brasil reafirma o direito de as pessoas com deficiências terem acesso ao ensino regular, através do aceite aos princípios defendidos por legislações e declarações. Tendo por foco essas determinações legais, esta pesquisa objetiva avaliar o movimento político-pedagógico em relação aos processos inclusivos de quatro Escolas Municipais do Ensino Fundamental – Ciclo I da cidade de Marília (SP), nos anos de 2004, 2006 e 2008, sendo duas com matrículas de alunos com deficiências física, auditiva, visual e mental, e duas sem matrículas de alunos com deficiências, na tentativa de investigar como as escolas estão se organizando, no que concerne aos preceitos estabelecidos legalmente, bem como analisar se há diferenças entre as propostas dos dois grupos de escolas. A sequência deste estudo permite verificar se há um mapeamento das crianças com necessidades educacionais especiais e se são identificadas as suas necessidades educacionais. Os dados são obtidos por meio da análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos anos de 2004, 2006 e 2008, das escolas em estudo, e dos documentos dos alunos com deficiências participantes da pesquisa, como: a ficha de matrícula, o histórico escolar, a adequação curricular e a avaliação clínica. As informações dos Projetos Político-Pedagógicos e dos dados informativos dos alunos são examinadas segundo categorias analíticas. Os resultados da pesquisa indicam que não há diferenças substanciais entre as proposições dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas com e sem matrículas de alunos com</p>

deficiências nos anos de 2004, 2006 e 2008. Suas propostas permitem concluir que há uma lacuna entre o que se defende em legislações e o que é efetivamente praticado no cotidiano das escolas, conforme análise dos Projetos Político-Pedagógicos. Contudo, mesmo que haja muito a ser desenvolvido, as escolas em estudo indicam movimentos pontuais, uma vez que algumas das determinações estabelecidas nos preceitos legislativos são colocadas em prática apenas em alguns períodos analisados, isto ocorre com a delimitação de finalidades, objetivos, conteúdo curricular, estratégias metodológicas e avaliativas. As escolas em estudo não apresentam proposições que possibilitem a identificação das necessidades educacionais para a tomada de providências político-pedagógicas que possam garantir o pleno desenvolvimento desses alunos. Além disso, não contam com uma estrutura física que assegure o acesso a toda e qualquer pessoa aos ambientes escolares e não há também, garantias de um serviço de apoio pedagógico especializado aos professores e alunos que necessitam. No que se refere aos documentos informativos dos alunos com deficiências, os dados demonstram que não há diferenças substanciais entre as duas escolas com matrículas de alunos com deficiências, sem contar que suas iniciativas são tímidas e desenvolvidas apenas em alguns períodos; todavia, quando praticadas, oferecem informações complementares que podem servir de subsídios a uma prática pedagógica capaz de atender, de maneira efetiva, as necessidades dos alunos.

APÊNDICE C – FICHA DE ACOMPANHAMENTO P3

Título: <i>Projeto Político Pedagógico: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro</i>
Ano de defesa: 2015
Autor: Mariana Roveroni Breda
Universidade/Campus: USP/São Paulo
Programa de Pós-graduação: Progrma de Pós-graduação em Educação
Área de concentração: Filosofia da Educação
Palavras-chave: Democratização do Ensino, Discurso, escola justa, participação, Projeto Político Pedagógico.
Resumo: Essa pesquisa apresenta uma reflexão sobre o discurso de educadores acerca do Projeto Político Pedagógico de suas instituições escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.E.N. 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, estabelece como incumbência de cada estabelecimento de ensino, a elaboração e execução de sua proposta pedagógica. A discussão sobre a construção de projetos para as escolas repercutiu desde então, ganhando maior notoriedade com a idealização dos Projetos Pedagógicos. Ao ser definido como uma lei cresce a demanda pela implantação de tais projetos nas escolas públicas do país, fato que trouxe desafios à sua concretização. Um desses desafios decorre do estabelecimento de normas e prazos por instâncias superiores que pode resumir a sua efetivação ao cumprimento de uma exigência burocrática sem impacto na melhoria da escola. Somam-se as dificuldades dessa tarefa, uma série de discursos de ordem metodológica que estabelecem roteiros para a realização de tais projetos de forma que, instituições escolares diferentes, possam ter um mesmo modelo de Projeto Pedagógico. Incluímos nessa discussão, a existência de temáticas, de relevância social, que se associam a realização do Projeto Pedagógico e que podem possuir divergências quanto a seu entendimento. Assim, considerando os múltiplos fatores que podem interferir na realização dos Projetos Pedagógicos, interessou-nos ouvir alguns educadores, sobre o projeto de suas escolas e posteriormente elaborar uma análise teórica sobre o discurso encontrado. Optamos por

realizar a coleta de dados em algumas escolas do município de Rio Claro, que implantou o documento, denominado nessa localidade de Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), de forma extensiva a todas as escolas da rede municipal de ensino. Desse modo, essa dissertação, se propôs a investigar: qual o discurso que os educadores possuem sobre o Projeto Político Pedagógico de suas escolas? No discurso desses agentes educacionais, é possível elucidar algumas confusões no uso de conceitos que se relacionam com a realização de um Projeto Pedagógico? Esses conceitos possuem sentido claro para os educadores que entrevistamos ou se inserem na discussão unicamente por serem reconhecidos como importantes para a sociedade? Em nossa análise optamos por refletir teoricamente sobre três conceitos que se associam a realização do P.P.P.: democratização do ensino, participação e os princípios éticos e o ideal de uma escola justa. Consideramos também, que o Projeto Político Pedagógico pode ser objeto de disputa discursiva uma vez que o P.P.P. divulga e legitima concepções sobre a educação.

APÊNDICE D – FICHA DE ACOMPANHAMENTO P4

Título: <i>Apropriação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na Rede Pública de Educação Fundamental do Estado de São Paulo</i>
Ano de defesa: 2002
Autor: Carla Biancha Angelucci
Universidade/Campus: USP/São Paulo
Programa de Pós-graduação: Pós-graduação em Psicologia
Área de concentração: Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano
Palavras-chave: Deficientes, distúrbios de aprendizagem, educação especial, escolas públicas, inclusão escolar, política educacional, psicologia educacional.
Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo compreender as apropriações da atual política educacional de inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares da rede estadual paulista. Para tanto, foi entrevistada uma educadora com experiência em educação especial e educação regular e que, em sua história profissional, já revelava disposição em incluir alunos usualmente tidos como inaptos a frequentar as classes regulares. A partir do campo de relações entre Política de Educação Pública, História da Educação Especial Brasileira e história laboral da entrevistada, a análise do depoimento revela que a atual política de inclusão de alunos com necessidades especiais acaba por repor a exclusão escolar, principalmente, no interior das próprias instituições de ensino. A consciência contraditória da depoente aponta ainda para a constante ameaça de sufocamento da percepção das condições objetivas em que se dá a referida política.

APÊNDICE E: LEVANTAMENTO DOS DADOS UNESP

UNESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	20.824
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149
Pesquisa	
Salas de recursos multifuncionais Formação de professores Educação infantil Plano municipal de educação Educação ambiental Matrículas Alfabetização Educação de jovens e adultos Educação musical Ensino à distância Direito educacional Política e gestão educacional Tecnologia assistiva Formação continuada Inclusão no mercado de trabalho Tecnologia Deficiência intelectual Prática escolar de inclusão Prática docente Prática pedagógica Proposta pedagógica/ língua inglesa Gestão democrática	

UNESP	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	9.906
EDUCAÇÃO	579
EDUCAÇÃO ESCOLAR	145
Pesquisa	
Salas de recursos multifuncionais Gestão educacional Tecnologia Deficiência mental Estatuto da criança e do adolescente Conselho de escola Educação infantil Matrículas Políticas públicas/assistência social Inclusão no mercado de trabalho Relações sociais Surdez Prática pedagógica Ensino superior Formação continuada Tecnologia Ensino à distância Tecnologia assistiva Tecnologia Tecnologia da informação e comunicação Cidadania Educação social Prática docente Relações raciais Cultura escolar	

UNESP	
NECESSIDADES ESPECIAIS	18.941
EDUCAÇÃO	586
EDUCAÇÃO ESCOLAR	144
Pesquisa	
<p>Necessidades formativas</p> <p>Grupo formativo</p> <p>Deficiência mental severa</p> <p>Alunos surdos</p> <p>Mercado de trabalho</p> <p>Tecnologia assistiva</p> <p>Formação de professores</p> <p>Organização escolar</p> <p>PEC</p> <p>Analfabetismo</p> <p>Avaliação</p> <p>Sexualidade</p> <p>Tecnologia da informação e comunicação</p> <p>Trabalho docente</p> <p>Ensino à distância</p> <p>Alfabetização</p> <p>Prática pedagógica</p> <p>Educação infantil</p> <p>Educação musical</p> <p>Formação continuada</p>	

UNESP	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	18.941
EDUCAÇÃO	586
EDUCAÇÃO ESCOLAR	144
Pesquisa * (mesmas dissertações necessidades especiais)	
<p>Necessidades formativas</p> <p>Grupo formativo</p> <p>Deficiência mental severa</p> <p>Alunos surdos</p> <p>Mercado de trabalho</p> <p>Tecnologia assistiva</p> <p>Formação de professores</p> <p>Organização escolar</p> <p>PEC</p> <p>Analfabetismo</p> <p>Avaliação</p> <p>Sexualidade</p> <p>Tecnologia da informação e comunicação</p> <p>Trabalho docente</p> <p>Ensino à distância</p> <p>Alfabetização</p> <p>Prática pedagógica</p> <p>Educação infantil</p> <p>Educação musical</p> <p>Formação continuada</p>	

UNESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	22.405
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149
Pesquisa	
Salas de recursos multifuncionais Formação de professores Educação infantil Plano municipal de educação Educação ambiental Matrículas Alfabetização Educação de jovens e adultos Educação musical Ensino à distância Direito educacional Política e gestão educacional Tecnologia assistiva Formação continuada Inclusão no mercado de trabalho Tecnologia Deficiência intelectual Prática escolar de inclusão Prática docente Prática pedagógica Proposta pedagógica/ língua inglesa Gestão democrática	

UNESP	
PLANO DE GESTÃO	22.526
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149
Pesquisas	
Gestão educacional Gestão democrática Conselho de escola Supervisão de ensino Organização escolar Novas tecnologias da informação Política educacional do governo federal Avaliação Formação continuada Formação continuada Ensino à distância	

UNESP	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	15.119
EDUCAÇÃO	595
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149
Pesquisas	
Prática pedagógica Gestão democrática Trabalho pedagógico coletivo Coordenação pedagógica e proposta pedagógica rede pública Tecnologia da informação e comunicação Conselho de escola Modelos formativos Representações sociais Cultura escolar Supervisão de ensino Formação continuada	

UNESP	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	15.963
EDUCAÇÃO	591
EDUCAÇÃO ESCOLAR	147
Pesquisas	
Coordenação pedagógica Novas tecnologias Formação continuada Educação ambiental Supervisão de ensino Formação de professores Tecnologia da informação e comunicação Sala de recursos Ensino à distância Grupo formativo Avaliação Analfabetismo Formação de professores Direito educacional PEC Tecnologia assistiva PIBID Ensino literatura Práticas da equipe gestora Educação física Relações raciais Sexualidade Alfabetização Gestão educacional Práticas pedagógicas Gestão democrática	

UNESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	22.522
EDUCAÇÃO	609
EDUCAÇÃO ESCOLAR	149
Pesquisas	
Trabalho pedagógico coletivo Coordenação pedagógica e proposta pedagógica rede pública Tecnologia da informação e comunicação Conselho de escola Parâmetros Curriculares nacionais Modelos formativos Representações sociais Cultura escolar Medida socioeducativa	

APÊNDICE F: LEVANTAMENTO DOS DADOS USP

USP	
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	46
EDUCAÇÃO	31
Pesquisa	
Inclusão escolar/município de São Paulo Atendimento educacional especializado em hospitais Redes de apoio/município de São Paulo Inclusão de jovens e adultos Direitos deficientes físicos Deficiente intelectual Psicose infantil Acessibilidade Alunos surdos Sala de recurso Programa educação inclusiva Deficiente multisensorial	

USP	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	11
EDUCAÇÃO	11
Pesquisa	
Deficiente físico Sala de recurso Educação de jovens e adultos Atendimento educacional especializado	

USP	
NECESSIDADES ESPECIAIS	24
EDUCAÇÃO	1
Pesquisa	
Educação ambiental Alunos com necessidades especiais	

USP	
------------	--

INCLUSÃO DE DEFICIENTES	0
EDUCAÇÃO	0

USP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	1
EDUCAÇÃO	1
Pesquisa	
Formação continuada	
Atendimento educacional especializado	

USP	
PLANO DE GESTÃO	20
EDUCAÇÃO	1
Pesquisa	
Avaliação formativa	

USP	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	25
EDUCAÇÃO	11
Pesquisa	
Práticas de memória	
Mitos do ensino da gramática	
Prática educacional	
Ensino superior privado	
Tecnologia	
Projeto político pedagógico/Rio Claro	
Proposta pedagógica Congregação Canossiana	

USP	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	28
EDUCAÇÃO	14
Pesquisa	
Currículo Educação infantil Formação continuada Prática educacional Lúdico Educação ambiental Projeto político pedagógico/Rio Claro	

USP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	0
EDUCAÇÃO	0

APÊNDICE G: LEVANTAMENTO DOS DADOS UFSCAR

UFSCAR	
Repositório Institucional	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.850
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111
Pesquisa	
Motricidade Ambiente virtual Educação à distância Proposta curricular Iniciação científica Processos educativos Teatro Conceito industrial Era digital Educação no campo Escola profissionalizante Conselho de escola/São Carlos Gestão democrática/São Carlos Salas multisseriadas Programa de Inclusão Digital Gestão participativa/escola no campo Bullying Formação do trabalhador	

UFSCAR	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	897
EDUCAÇÃO	50
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	41
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	40
DISSERTAÇÃO	24
Pesquisa	
Gestão Educação a distância Educação musical Proposta curricular de São Paulo Gênero e educação Gestão comunitária Era digital Comunidades de aprendizagem	

UFSCAR	
NECESSIDADES ESPECIAIS	1.733
EDUCAÇÃO	37
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	35
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	34
DISSERTAÇÃO	20
Pesquisa	
EJA Alfabetização Era digital Gênero Educação no campo Conselho escolar/São Carlos Escola do campo/Matão Paulo Freire/Pedagogia do Oprimido Avaliação da aprendizagem Formação de professores Leitura Negro/Universidade	

UFSCAR	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	9.306
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111
Pesquisa	
Motricidade Ambiente virtual Educação à distância Proposta curricular Iniciação científica Processos educativos Teatro Conceito industrial Era digital Educação no campo Escola profissionalizante Conselho de escola/São Carlos Gestão democrática/São Carlos Salas multisseriadas Programa de Inclusão Digital Gestão participativa/escola no campo Bullying Formação do trabalhador	

UFSCAR	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.344
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111
Pesquisa	
Motricidade Ambiente virtual Educação à distância Proposta curricular Iniciação científica Processos educativos Teatro Conceito industrial Era digital Educação no campo Escola profissionalizante Conselho de escola/São Carlos Gestão democrática/São Carlos Salas multisseriadas Programa de Inclusão Digital Gestão participativa/escola no campo Bullying Formação do trabalhador	

UFSCAR	
PLANO DE GESTÃO	9.308
EDUCAÇÃO	175
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	167
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	162
DISSERTAÇÃO	111
Pesquisa	
Programa de Gestão Nota 10 Gestão participativa Gestão democrática/São Carlos Gestão comunitária Era digital Educação a distancia Educação no campo Leitura/Professores diferentes disciplinas Ambiente virtual de aprendizagem Gênero e educação Centro de ressocialização/Rio Claro Professor tutor Educação infantil Tutor EAD Educação musical Escola de tempo integral Programa de inclusão digital Relação étnico raciais Educação religiosa Aprendizagem dialógica Medidas socioeducativas Jogos africanos	

UFSCAR	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	1.995
EDUCAÇÃO	71
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	68
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	66
DISSERTAÇÃO	44
Pesquisa	
Material didático Educação infantil Práticas educativas Relações étnico raciais Tutor EAD Comunidades de aprendizagem Tecnologias digitais Motricidade dialógica Educação à distância Proposta curricular/Estado de São Paulo Telessalas Teatro na educação Eleição de diretores/São Carlos Formação de professores Escola do campo/Matão Sistema socioeducativo Jogos africanos Programa gestor nota 10	

UFSCAR	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	3.766
EDUCAÇÃO	90
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	80
CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO	70
DISSERTAÇÃO	55
Pesquisa	
<p>Escola do campo/Matão</p> <p>Educação infantil</p> <p>Diversidade sexual</p> <p>Educadores sociais/ONGs/Campinas</p> <p>Tutor EAD</p> <p>Educação religiosa</p> <p>Educação musical</p> <p>Formação de professores de ciências</p> <p>EJA</p> <p>Escola do campo/salas multisseriadas</p> <p>Ludicidade</p> <p>Comunidades de aprendizagem</p> <p>Escola tempo integral</p> <p>Gestão comunitária</p> <p>Era digital</p> <p>Programa de inclusão digital</p> <p>Centro de ressocialização/São Carlos</p> <p>Motricidade dialógica</p>	

UFSCAR	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
EDUCAÇÃO	
Pesquisa	
Educação infantil	
Diversidade sexual	
Educadores sociais/ONGs/Campinas	
Tutor EAD	
Educação religiosa	
Educação musical	
Formação de professores de ciências	
EJA	
Escola do campo/salas multisseriadas	
Ludicidade	
Comunidades de aprendizagem	
Escola tempo integral	
Gestão comunitária	
Era digital	
Programa de inclusão digital	

APÊNDICE H: LEVANTAMENTO DOS DADOS UNICAMP

UNICAMP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	32.511
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22
Pesquisa	
Programa de ampliação da jornada escolar Fonoaudiologia educacional Educação Física Formação Profissional PROEJA Representações Sociais dos Professores Qualidade da Educação Política cultural Ensino Profissionalizante Qualificação Profissional Políticas Sociais Juventude Vagas Escola Pública Ensino de Psicologia Alunos Cotistas Redes Sociais Esporte Educacional	

UNICAMP	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	6.467
EDUCAÇÃO	203
POLÍTICAS PÚBLICAS	10
Pesquisa	
<p>Educação Física</p> <p>Políticas Sociais</p> <p>Esporte Educacional</p> <p>Política Educacional/Inclusão Social/Ampliação de Jornada</p> <p>Política Cultural</p> <p>Qualidade da educação</p> <p>PLANFOR</p> <p>Representações Sociais de Professores</p> <p>Plano de Desenvolvimento da Educação/Neoliberalismo</p> <p>Fonoaudiologia Educacional</p>	

UNICAMP	
NECESSIDADES ESPECIAIS	10.721
EDUCAÇÃO	105
POLÍTICAS PÚBLICAS	71
Pesquisa	

Inclusão

Deficiência Visual

Psicanálise

Cinema

Formação Profissional Educação Básica

Transição Socialista

Ensino de Arte

Ginástica Rítmica

Educação Universitária

Capitalismo

Marxismo

Formação Pedagogo

Educação Inclusiva

Língua Materna

Ensino Superior

Matrizes Históricas

PROEJA

Cooperativas Populares

Videogame como letramento

Formação Docente

Grupos sociais

Marx e Engels

Educação Física

Escrita do sujeito surdo

Proposta de Ensino

Comunicação Eletrônica

Jogos Coletivos

Didática Transpessoal

Deficiência visual

Dialética de Sartre

Desenvolvimento Humano

Teoria Vinnicottiana

Adorno

Educação Física

Formação Educacional

Neoliberalismo

Conflitos entre alunos

Práticas Colaborativas

Práticas de Letramento

Pedagogia da empresa

Documentos da Unesco

Conduta Profissional

Livros Didáticos

UNICAMP	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	139.775
Pesquisa	
Nenhuma tese ou dissertação	
Artigos Periódicos 4.010	
Carta 9	
Editorial 5	
Artigo 3	
Artigo de evento 1	
Resenha 1	

UNICAMP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	76.821
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22
Pesquisa	
PROEJA	
Política Educacional e Inclusão/Ampliação de jornada	
Educação Física	
Fonoaudiologia	
Qualidade da educação	
Plano de desenvolvimento da Educação/Neoliberalismo	
Formação de Professor	
Escola Padrão/Gestão democrática	

Ensino Profissionalizante
Planfor
Qualidade Profissional
Juventude
Políticas sociais
Políticas educacionais/Maringá
Política pública/Governo Dilma Rousseff
Alunos cotistas
Política cultural
Redes sociais
Esporte Educacional

UNICAMP	
PLANO DE GESTÃO	139.775
EDUCAÇÃO	562
POLÍTICAS PÚBLICAS	19
Pesquisa	
Gestão democrática	
Política Educacional	
Políticas sociais	
Políticas de inclusão	
Formação de professor	
Alunos cotistas	
Políticas educacionais	

Fonoaudiologia educacional
Política cultural
Educação física
Qualidade na educação

UNICAMP	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	10.689
EDUCAÇÃO	192
POLÍTICAS PÚBLICAS	89
Pesquisa	
Política de educação especial	
Educação e Estado	
Políticas educacionais/Santaren	

UNICAMP	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	13.230
EDUCAÇÃO	216
POLÍTICAS PÚBLICAS 159	
Pesquisa	

Formação política do professor

Construtivismo

Trabalho Pedagógico

Formação professor

Ética

Prática social

Educação inclusiva

Metodologia de pesquisa

Jogos digitais

Razão dialética

Educação profissional

Educação de jovens e adultos

Pedagogia Freireana

Psicanálise

Ambientes multimidiáticos

Livros didáticos

Neoliberalismo

Política educacional

Educação ético-estética

Dança e autismo

Ambientes de aprendizagem

UNICAMP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	122.512
EDUCAÇÃO	700
POLÍTICAS PÚBLICAS	22
Pesquisa	
Educação profissional Política educacional Educação física Formação profissional Qualidade da educação Alunos cotistas Representação social Política cultural Descentralização da educação Juventude Fonoaudiologia Ensino de psicologia PROEJA Escola padrão Jogos olímpicos	

APÊNDICE I: LEVANTAMENTO DOS DADOS UNIFESP

UNIFESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	7.632
MESTRADO	1.414
CRIANÇA/ADOLESCENTE	48
Pesquisa	
Sexualidade	
Educação física	
Educação infantil	
Deficiente auditivo	
Profissionais de educação básica	
Formação continuada	
Professores temporários de São Paulo	
Formação de Professores	
Matemática e Educação Infantil	
Libras	
Letramento	
Paralisia cerebral	
Transtornos psiquiátricos	
Transtorno de Déficit de Atenção	
Reabilitação cognitiva	
Área da Saúde 32	

UNIFESP	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	3.168
MESTRADO	928
CRIANÇA/ADOLESCENTE	49
Pesquisa	
<p>Libras</p> <p>Transtorno de Déficit de Atenção</p> <p>Transtorno psiquiátrico</p> <p>Paralisia cerebral</p> <p>Teste de leitura</p> <p>Triagem auditiva escolar</p> <p>Transtorno global de desenvolvimento</p> <p>Área da Saúde 42</p>	

UNIFESP	
NECESSIDADES ESPECIAIS	4.689
MESTRADO	1.257
CRIANÇA/ADOLESCENTE	43
Pesquisa	
<p>Libras</p> <p>Transtorno de Déficit de Atenção</p>	

Área da Saúde 40

UNIFESP	
INCLUSÃO DE DEFICIENTES	38.951
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	59
Pesquisa	
Todos na área da Saúde	

UNIFESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.836
MESTRADO	4.532
CRIANÇA/ADOLESCENTE	169
Pesquisa	
Libras Transtorno de Déficit de Atenção Letramento Função visual	

Área da Saúde 165

UNIFESP	
PLANO DE GESTÃO	38.951
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	175
Pesquisa	
Sexualidade	
Área da Saúde 174	

UNIFESP	
PROPOSTA PEDAGÓGICA	2.923
MESTRADO	870
CRIANÇA/ADOLESCENTE	37
Pesquisa	
Libras	
Proposta Educacional	
Área da Saúde 35	

--

UNIFESP	
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	3.182
MESTRADO	1.020
CRIANÇA/ADOLESCENTE	39
Pesquisa	
Libras	
Área da Saúde 38	

UNIFESP	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	30.666
MESTRADO	8.545
CRIANÇA/ADOLESCENTE	59
Pesquisa	
Libras	
Transtorno de Déficit de Atenção	
Letramento	

Área da Saúde 56

APÊNDICE J: P3

P3- Projeto Político Pedagógico: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro

A autora não trata da Educação Especial, é uma pesquisa de campo realizada no município de Rio Claro, interior de São Paulo, em cinco escolas. Tem como objetivo fazer um levantamento sobre os processos formativos oferecidos a rede municipal sobre o Projeto Político Pedagógico e a aplicação de questionário aos professores e um integrante da equipe gestora das escolas participantes da pesquisa sobre o PPP e sua implementação no município.

É mencionado os artigos 12 e 14 da LDB n. 9394/96, o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação discorre brevemente sobre os artigos “16 Passos para a construção do Projeto Pedagógico”, revista UDEMO e “Como fazer o PPP da escola” da Revista Nova Escola. ”

Como aportes teóricos abordam Azanha (2006) sobre a democratização da escola e que apesar dos “[...] entendimentos sobre democratização, não representa esforços unificados na luta pela superação das desigualdades”; Carvalho (2013), em relação a qualidade da educação; Moreira (1997), sobre a transposição didática e definições metodológicas; Bobbio (1986), que trata os “espaços democráticos”, sendo locais destinados para tomadas de decisões; Scheffler (1974), que aborda as definições estipulativas, definições descritivas e definições programáticas; Dubet (2008), o acesso a escola às diversas formas de ensino e a questão das desigualdades de acesso e das desigualdades de sucesso.

E os autores especificamente sobre o PPP, Breda (2015), dialoga com Veiga (1995) e Gadotti e Romão (2001) e ao explicar sobre os autores, traça uma relação com o PPP e a sua construção democrática.

A pesquisa mostrou que existe em torno da temática o reconhecimento da importância e a adesão compartilhada entre professores e gestores, no entanto pontua que o discurso dos professores participantes da pesquisa muitas vezes remete ao “entendimento popular de democracia” e apregoa o termo sem reflexão.

APENDICE K: P4

P4- Apropriação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na Rede Pública de Educação Fundamental do Estado de São Paulo

Angelucci (2002) não aborda o PPP, no entanto trata do processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais.

No primeiro momento discorre sobre as políticas de inclusão escolar, tais como a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca e suas contribuições. Faz uma sucinta abordagem histórica desde 1980 sobre as Reformas Educacionais, retrata o Instituto Nacional de Educação para Surdos e a criação do Centro Nacional de Educação Especial.

Apresenta como aportes teóricos Chauí (1999), Forrester (1997) sobre a perspectiva da ideologia neoliberal e a democratização da escola. Bueno (1993, 2001), Masini (1993), Machado (1994) sobre a segregação do sistema de ensino que não favorece a aprendizagem dos alunos.

Após esse panorama, Angelucci (2002) discorre sobre a política educacional de inclusão de pessoas com necessidades especiais no estado de São Paulo.

Expõe os documentos oficiais Novas Diretrizes da Educação Especial e a Resolução n. 95/2000, sobre as políticas de inclusão, a autora apenas cita a inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. No entanto não pontua nenhum artigo ou parágrafo desses documentos.

Retrata brevemente sobre a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Como é uma pesquisa da área da psicologia, teve como aporte teórico Freller (2000) e Winnicot, sobre a intervenção da psicologia através do conceito de subjetividade e Bourdieu (1997) em relação ao depoente²³.

Trata-se de um relato de experiência de professoras de classe regular e classes especiais. O objeto de estudo é analisar a Reforma Educacional de 1996 no estado de São

²³Angellucci, trata o professor como depoente, que segundo Bourdieu (1997) o sujeito primordial, o depoente, é quem tem maior liberdade para dissertar sobre sua experiência pessoal.

Paulo, em uma escola de primeiro grau²⁴ da periferia da zona oeste de São Paulo, com o intuito de compreender o campo em que se insere a atual política educacional, sendo esta a principal contribuição para a presente pesquisa.

²⁴Primeiro grau – termo utilizado pela autora, atualmente é referente ao Ensino Fundamental.